



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA





ÍNDICE

OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2012

- 1-OPÇÕES POLÍTICAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA
- 2-REORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
- 3-RECURSOS HUMANOS
- 4-CAMPUS DE JUSTIÇA
- 5-ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS
- 6-OUTROS PROJECTOS EM CURSO
- 7-GESTÃO PATRIMONIAL
- 8-OPÇÕES PARA OS SISTEMAS TECNOLÓGICOS DE INFORMAÇÃO
- 9-GESTÃO DE VIATURAS
- 10-ORÇAMENTO DE 2012



OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2012

O orçamento do Ministério da Justiça para 2012 resultou das opções políticas relativas ao sistema de justiça e da compatibilização entre a necessidade de se garantir o funcionamento dos serviços e organismos que integram o Ministério e os recursos financeiros disponíveis. A par da consolidação deste conjunto de variáveis, foi corrigida a anterior estrutura de financiamento do Ministério, e em vez da redução da dotação do Orçamento de Estado e acréscimo da despesa, geradora de encargos assumidos e não pagos em cada ano, como foi o acaso de 2011, optou-se por um orçamento mais equilibrado, aumentando a dotação do Orçamento de Estado para 2012, face a 2011 e reduzindo a despesa.

Para além do Orçamento referente ao **financiamento da despesa de funcionamento, no valor de 1.304,5 M€** acresce a parte relativa ao **financiamento da componente de investimento** em património e equipamentos, **no valor de 103,9 M€**, para ampliar, otimizar e melhor adequar às necessidades as condições de funcionamento dos serviços e organismos.

No total, o **Orçamento para 2012 é de 1.408,4 M€**, dos quais, 667 M€ (47,4 %) financiados pelo Orçamento de Estado, 709,6 M€ (50,4 %) por Receitas Próprias e 31,8 M€ (2,2 %) por Fundos Comunitários, enquanto no Orçamento de 2011 a dotação do OE apenas financiava 35 %.

O orçamento da despesa de funcionamento para 2012 é inferior ao previsto no Orçamento de 2011 em 183 M€ (-12,3 %), dos quais, 123 M€ resultam do corte dos subsídios de Natal e do 13º mês, enquanto 60 M€ correspondem à redução da despesa de funcionamento. Apesar desta redução da despesa é de destacar o aumento da dotação do Orçamento de Estado para financiar as despesas de funcionamento em + 122 M€, de forma a corrigir a deficitária estrutura de financiamento do Ministério da Justiça nos últimos anos.

O Orçamento de Investimento foi reduzido de 15,1 M€ (-12,6 %), face a 2011, tendo a dotação do Orçamento de Estado sido reduzida em 13,5 M€, passando de 21 M€ para 7,5 M€, enquanto o financiamento da componente Receitas Próprias, aumentou 10 M€, passado de 69,8 M€ em 2011 para 79,8 M€ em 2012.

Pela sua dimensão importa ainda destacar a significativa alteração das opções e prioridades introduzidas no anterior “Plano de Investimentos Plurianual” estimado em cerca de 560 M€ para os próximos anos, e que foi reajustado para 289 M€, dos quais, 46,2 M€ serão concretizados em 2011, prevendo-se 103,9 M€ em 2012 e o restante nos anos seguintes.

JUSTIÇA • LEI • PRUDÊNCIA • LIBERDADE • TRADIÇÃO • FORÇA

Em síntese

O Orçamento de 2012 contempla:

- Redução da despesa de funcionamento de 183 M€ (- 12,3 %);
- Redução do Plano Plurianual de Investimento 2011-2015 em 271 M€ (- 48,4 %);

A estrutura de financiamento do Orçamento de 2012, face a 2011, prevê:

- O aumento da dotação do Orçamento de Estado em 122 M€ (+ 22,3 %), para financiar a despesa de funcionamento;
- Aumento das Receitas Próprias em 10 M€ (+ 14,3 %), para financiar o Plano de Investimento;
- Redução da dotação do Orçamento de Estado em 13,5 M€ (- 64,3 M€), para financiar o Plano de Investimento.

Em 2012, o Governo continuará a reforçar o sistema de Justiça enquanto pilar fundamental do Estado de

Direito e as acções a desenvolver terão como prioridades estratégicas:

- a melhoria da qualidade do Estado de Direito,
- o reforço da Cidadania,
- a dignificação da Justiça e dos seus agentes, bem como a agilização dos sistemas processuais, envolvendo os diferentes órgãos de soberania, operadores judiciais e respectivas instituições e a sociedade.

Este esforço assumirá particular importância no contexto económico actual, constituindo um dos vectores da agenda de transformação da economia portuguesa.

Deste modo, as atribuições dos serviços e organismos serão revistas no sentido de obter

- um reforço ao nível do planeamento estratégico, e particularmente do legislativo;
 - a centralização da gestão financeira e administrativa, com reforço dos serviços partilhados;
 - a gestão integrada dos recursos tecnológicos e dos sistemas de informação;
 - a gestão mais eficaz dos recursos humanos.
- **Medidas:**
 - Reforma do Código de Processo Civil (Comissão da Reforma do Processo Civil), criando-se um novo paradigma para a acção declarativa e para a acção executiva, implementando-se medidas de simplificação processual, apostando-se na desformalização de procedimentos, na oralidade processual e na limitação das questões processuais relevantes, de modo a tornar o processo mais célere, eficaz e compreensível pelas partes (medida 7.11 do MoU, revisão de Setembro);
 - Apresentação de medidas com vista à redução da pendência processual em atraso, v.g. no domínio da acção executiva cível (medidas 7.2 e 7.3 do MoU);
 - Revisão do Código Penal e do Código de Processo Penal, investindo-se na credibilização da justiça criminal, nas garantias dos direitos dos cidadãos e no reforço do estatuto penal das vítimas, consagrando-se novos direitos de informação, apoio e intervenção no processo e eliminando-se expedientes dilatatórios;
 - Revisão do Código do Processo dos Tribunais Administrativos e Fiscais, designadamente no que respeita à sua harmonização com o Código do Procedimento Administrativo e à execução de sentenças;
 - Alteração do Código de Insolvência e de Recuperação de Empresas, redefinindo-se as prioridades dos credores no sentido de decisões rápidas que, sem anular a defesa dos interesses do Estado e dos trabalhadores, permitam contribuir para a aceleração da recuperação económica dos activos (medida 2.16 do MoU);

- Publicação de relatórios trimestrais sobre as taxas de recuperação, duração e custos da insolvência de empresas (medida 7.16 do MoU);
- Revisão do Regime de Acesso ao Direito;
- Reavaliação do modelo de Mapa Judiciário, assente em centralidades territoriais reconhecidas pelos cidadãos e numa nova matriz de distribuição da oferta judiciária (prevista na MoU, v.g. nas medidas 7.4, 7.5, 7.6, 7.14 e 7.15);
- Apresentação de uma nova Lei da Arbitragem, que se aproxime do regime da Lei Modelo da UNCITRAL sobre Arbitragem Comercial Internacional, com vista a sensibilizar as empresas e os profissionais de diversas áreas que frequentemente recorrem à arbitragem noutros países – sobretudo naqueles com os quais o nosso País se relaciona economicamente de forma mais intensa – para as vantagens e potencialidades da escolha em Portugal como sede de arbitragens internacionais (medida 7.7. do MoU);
- Padronização das custas judiciais, introduzindo custas especiais para determinadas categoriais de processos com o objectivo de aumentar receitas e desincentivar a litigância de má-fé (medida 7.13 do MoU);
- Optimização do regime dos julgados de paz (medida 7.8 do MoU);
- Aprovação do regime jurídico da mediação pública (medida 7.7 do MoU);
- Adopção de medidas para uma resolução eficiente dos processos judiciais pendentes em matéria fiscal, através, designadamente, da criação de equipas extraordinárias de juizes tributários (medida 7.12. ii) do MoU);
- Revisão dos Estatutos das Magistraturas, reforçando-se a respectiva independência e autonomia;
- Combate ao crime económico, incluindo a corrupção;
- Revitalização do Centro de Estudos Judiciários como entidade referencial vocacionada para recrutamento e formação dos Magistrados e de outros operadores de justiça;
- Revisão do Regulamento das Custas Processuais com vista à uniformização e padronização do regime a todos os processos pendentes.
- Criação de um Plano para a Justiça na Sociedade de Informação;
- Investimento na justiça de proximidade e nos mecanismos de auto-composição dos litígios, designadamente nos meios de resolução alternativa: mediação, conciliação e arbitragem;





- Revisão da legislação sobre arbitragem voluntária;
- Revisão da legislação sobre mediação e julgados de paz;
- Regulamentação do artigo 17º do Decreto-Lei nº 226/2008, de 20 de Novembro, referente à Comissão de Fiscalização de Centro de Arbitragem da Acção Executiva;
- Alteração ao Código de Registo Comercial, ao Registo Nacional das Pessoas Colectivas e ao Regime Jurídico dos Procedimentos Administrativos de Dissolução e de Liquidação de Entidades Comerciais.
- Alterações ao Regime da Informação Empresarial Simplificada.
- Alteração à Portaria n.º 1098/2008, de 30 de Setembro, relativa às taxas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial referentes ao pagamento das anuidades da patente nacional e às de registo e de renovação dos sinais distintivos do comércio, com particular marca nacional.
- Alterações ao Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado.
- Criação de balcões de atendimento dos serviços de registos competentes para a titulação e regularização da situação registral dos prédios sitos em áreas onde decorram essas operações;
- Criação de regras simplificadoras de harmonização dos dados cadastrais, das inscrições matriciais, dos títulos do registo e, ainda, possibilidade de recurso a tribunais arbitrais e julgados de paz para dirimir, de forma mais célere, os conflitos relacionados com a demarcação e titularidade dos prédios;
- Instituição de um processo especial de regularização dos bens pertencentes ao domínio privado do Estado e dos Institutos Públicos, bem como de um procedimento de justificação destinado a suprir a falta de título comprovativo do direito sobre o imóvel em causa, ambos a cargo dos serviços de registo competentes para a prática de actos de registo predial e tramitados, preferencialmente, em plataforma electrónica especialmente criada e adaptada para o efeito.
- Alteração do Código do Registo Comercial e ao Regulamento do Registo Comercial na parte referente ao registo de quotas. Com esta medida, prevê-se a realização de cerca de 23 mil registos *on-line*.
- Alteração do Registo de Propriedade Automóvel tendo como tem como objectivo a adequação das trocas de informação no âmbito do registo automóvel, no quadro das Decisões de Prüm;



- Regulamentação do Decreto-Lei nº 60/2011, de 6 de Maio, relativo à Rede Nacional de Centros de Arbitragem Institucionalizada;
- Revisão da política de ocupação de espaços do Ministério da Justiça, no sentido de minimização dos custos, sem prejuízo da sua adequação aos fins em vista (revisão dos contratos de arrendamento, denúncia de contratos em espaços desnecessários, plena ocupação dos espaços disponíveis...);
- Redefinição de prioridades na política de investimentos do Ministério da Justiça, no sentido de os reduzir ao comportável pelas disponibilidades financeiras previstas: substituição de obras novas por obras de aproveitamento de instalações existentes, realização de obras de reabilitação;
- Revisão da política de gestão do parque automóvel do Ministério da Justiça, no sentido de minimizar os custos operacionais (consumos de combustíveis, despesas de manutenção...).

2-REORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

No âmbito da PREMAC, o Ministério da Justiça promoveu a reorganização orgânica dos serviços e organismos, centralizando as atribuições e as competências afins e reforçando o conceito de serviços partilhados.

Como consequência, reduzirá em 21% as estruturas orgânicas e em 37% o número de dirigentes superiores de serviços e organismos e de 29% de dirigentes intermédios.

A reorganização do Ministério da Justiça visa a criação de um modelo de organização mais reduzido e mais eficiente, e que, simultaneamente, seja capaz de cumprir os objectivos fundamentais da acção governativa, com o objectivo final de incrementar a produtividade e a eficácia da acção administrativa do Ministério e dos organismos nele integrados. Cumprindo esse desiderato, foram ajustadas as atribuições e competências de todos os serviços e organismos do Ministério, de modo a potenciar a sua operacionalidade.

É o caso da Direcção-Geral da Política de Justiça que, através do respectivo Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, assume a responsabilidade de otimizar o funcionamento dos meios de resolução alternativa e extrajudicial de conflitos.

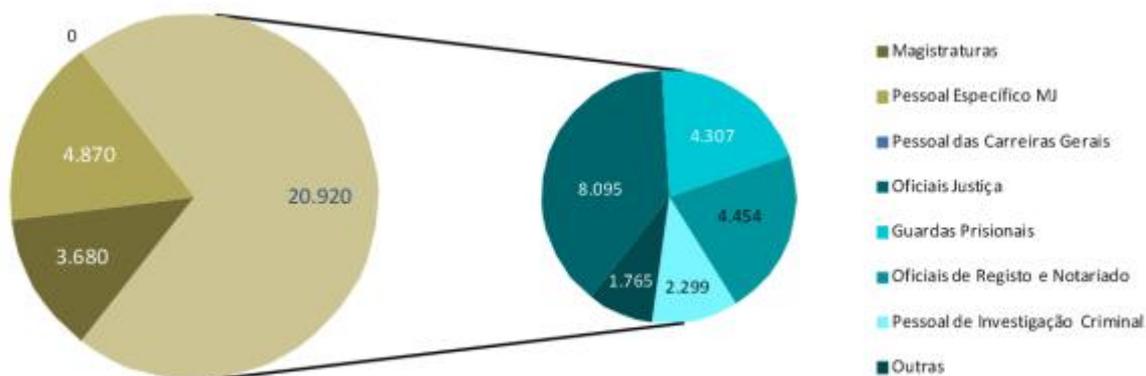
A Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e a Direcção-Geral da Reinserção Social, por seu turno, dão origem a um único organismo – a Direcção-Geral da Reinserção Social e dos Serviços Prisionais –, o qual vai permitir a criação de sinergias e uma maior articulação entre as áreas da reinserção social e da execução das medidas privativas de liberdade, abrindo caminho às necessárias reformas nos domínios da justiça penal e do direito dos menores.

Com o objectivo de alcançar uma gestão mais activa dos seus recursos, o Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I.P., e o Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I.P., são extintos, sendo as suas atribuições racionalizadas e integradas num novo instituto.

3- RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos do Ministério da Justiça, no final de 2011, totalizam 29.500 pessoas. O seu perfil profissional é extremamente variado, como o demonstram os números seguintes:

Magistraturas	3.680
Pessoal específico do MJ	20.920
Oficiais de Justiça	8.095
Guardas prisionais (vigilância)	4.307
Oficiais dos registos e do notariado	4.454
Pessoal de investigação criminal	2.299
Conservadores, notários e adjuntos	672
Pessoal de reinserção social	681
Juizes de Paz e Mediadores de Conflitos	251
Pessoal de medicina legal	83
Outras	78
Pessoal das carreiras gerais	4.870



O Ministério da Justiça está empenhado na melhoria da gestão dos recursos humanos, tarefa complexa dadas as especificidades das actividades prosseguidas, que requerem competências especializadas, a par de uma dispersão geográfica assinalável. Partilhando o objectivo da redução progressiva dos efectivos, o Ministério irá analisar cuidadosamente as carências existentes, tendo em conta a reestruturação orgânica do Ministério, a reafecção das pessoas às funções correspondentes às suas carreiras profissionais, e à necessidade de aumentar efectivos nas áreas onde se exija um maior esforço para cumprir as atribuições do Ministério.

4- CAMPUS DE JUSTIÇA

O modelo que o Ministério da Justiça promoveu nos últimos anos para dispor de novos edifícios destinados a Tribunais e outras instalações assentou na construção de Campus de Justiça, recorrendo ao lançamento de concurso para construir edifícios em terrenos propriedade do Estado ou de particulares. O contrato a celebrar não revestia a forma de empreitada de obra pública, mas de contrato de arrendamento por períodos que oscilavam entre 15 e 25 anos, como forma de financiar as obras, sem que o imóvel ficasse na posse do Estado, após pagamento de rendas.

No final do prazo, nos casos em que o terreno pertencia ao Estado, era vendido ao senhorio, o que implicaria que o Ministério da Justiça tivesse de continuar a renovar esses contratos para manter a utilização dos imóveis.

Este programa previa a construção de 10 novos parques judiciários ou Campus de Justiça em Valongo, Porto, Aveiro, Faro, Coimbra, Ílhavo, Leiria, Nazaré, Sesimbra e Vila Franca de Xira.

Em Maio de 2011 foi inaugurado o Campus de Justiça de Valongo, que se encontra a funcionar desde então.

No que respeita a Lisboa, o modelo seguido optou por arrendar um conjunto de edifícios existentes no Parque das Nações, pelo período de 15 anos, em vez de adjudicar a sua construção segundo um programa previamente definido.

Só o arrendamento do Campus da Justiça de Lisboa e de Valongo implica um encargo anual de 12,6 M€, estando previsto para o campus de Justiça do Porto, caso viesse a ser construído, um encargo anual de com rendas de 7,6 M€.

A continuar este modelo, o encargo futuro com estas parcerias público-privadas levaria a encargos elevadíssimos para se continuar a utilizar os imóveis arrendados.

Perante o modelo concebido para construir edifícios financiados através de rendas, mas que continuariam na posse dos seus proprietários no final dos contratos, o Ministério da Justiça optou por iniciar o processo para cancelar os procedimentos em curso, em fase de projecto ou em concurso, e que envolvem os Campus da Justiça de Aveiro, Faro, Coimbra, Ílhavo, Leiria, Nazaré, Porto, Sesimbra e Vila Franca de Xira.

Deste conjunto apenas está adjudicado, mas sem contrato, o Campus da Justiça do Porto.

A opção sobre as soluções a adoptar em cada caso para melhorar as condições de instalação dos Tribunais referidos será desenvolvida em função do estudo do Novo Mapa Judiciário, o qual fará coincidir as Grandes Comarcas com o distrito.

As orientações de princípio para instalar os serviços destinados aos Tribunais estão definidas no capítulo Gestão Patrimonial, considerando-se como prioritário a optimização dos espaços disponíveis nos tribunais existentes, como são, por exemplo, os casos dos Palácios da Justiça de Lisboa e do Porto e o edifício do Tribunal de Polícia de Lisboa, bem como a utilização do património do Estado para ser reabilitado.

No Plano de Investimento para 2012 – 2015 estão previstas obras para melhorar as condições de funcionamento dos tribunais.

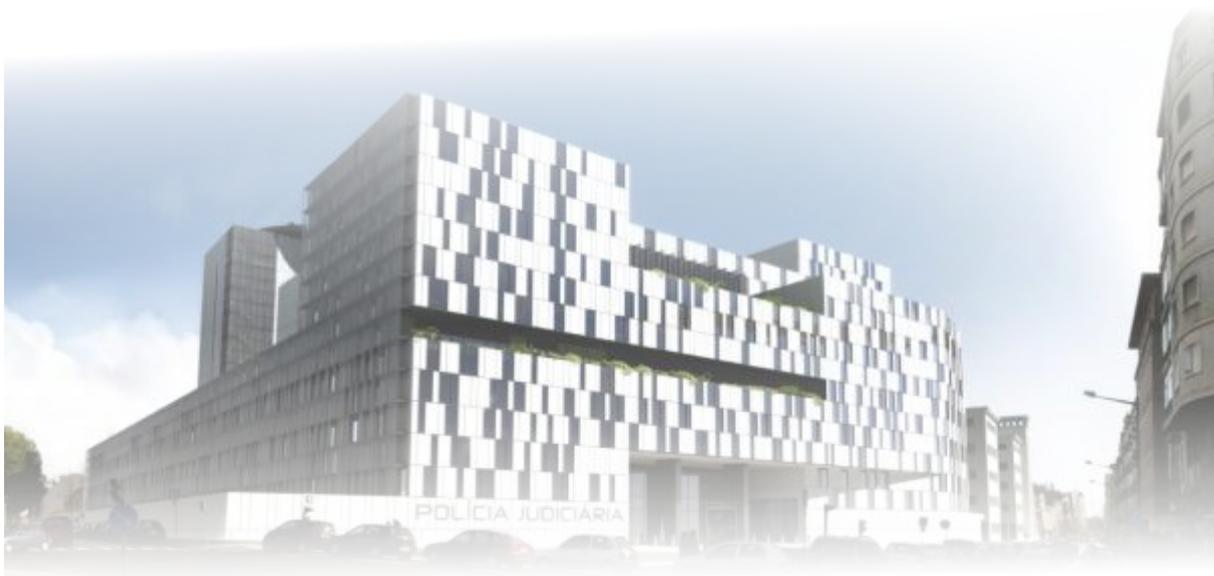
5- ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

O sistema prisional é composto por 49 Estabelecimentos Prisionais, dos quais 21 são centrais ou especiais e 28 são regionais ou cadeias de apoio, distribuídos por todo o território. Na sua maioria, estão implantados em terrenos com áreas significativas.

Encontram-se em fase de concurso a construção dos Estabelecimentos Prisionais de Lisboa e Vale do Tejo, Grândola e Castelo Branco, com uma estimativa de custo de 270 M€.

Tendo em conta que os novos Estabelecimentos Prisionais de Lisboa e Vale do Tejo e de Grândola se destinavam a substituir os actuais Estabelecimentos de Lisboa e de Pinheiro da Cruz, vendidos à ESTAMO, foi decidido não dar continuidade aos procedimentos de concurso.

- O aumento da capacidade do sistema prisional deverá passar por:
 - Concluir a construção do Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo;
 - Requalificar e reabilitar os estabelecimentos existentes;
 - Ampliar os estabelecimentos que reúnam condições para tal.



6- OUTROS PROJECTOS EM CURSO

Os projectos em curso, em fase de estudo ou de elaboração de projecto, concurso e execução, deverão ser analisados à luz das orientações definidas e adequados aos actuais constrangimentos, tendo em conta as prioridades e as situações específicas dos serviços.

São os casos da construção da sede da Polícia Judiciária em Lisboa, da instalação de serviços do IRN, das futuras instalações do INML, em Coimbra e Porto, bem como a remodelação ou reabilitação de Tribunais.

Todos os projectos deverão ser analisados na perspectiva da sua adequação à função, custos envolvidos na construção e posterior utilização, oportunidade do investimento e estudo de alternativas.

O património edificado ao serviço do Ministério da Justiça é composto por mais de 1.100 imóveis, dos quais cerca de 400 são arrendados, e os restantes são propriedade do Estado. Deste conjunto, 333 são antigas Casas de Função de Magistrados (das quais 150 estão devolutas para venda), para além de Tribunais, Estabelecimentos Prisionais, imóveis ao serviço da Reinserção Social, do Instituto de Registos e Notariado, do Instituto Nacional de Medicina Legal, e demais serviços e organismos.

Nos últimos anos a gestão patrimonial do Ministério da Justiça foi caracterizada pela venda de património à ESTAMO e ao arrendamento de imóveis a privados. Como de facto muitos dos imóveis vendidos à ESTAMO continuaram a ser utilizados, por falta de alternativas viáveis, como são os casos dos Estabelecimentos Prisionais de Lisboa e de Pinheiro da Cruz, o Ministério da Justiça passou a ter que indemnizar aquela empresa por valores equivalentes a rendas. A estes montantes haveria que adicionar o valor das rendas para pagamento dos edifícios mandados construir.

No início de 2011 encontravam-se arrendados 440 imóveis, que totalizavam rendas anuais no valor de 43,6 M€. Este valor foi sendo gradualmente aumentado durante o ano devido à entrada em vigor de novos contratos. Em contrapartida, durante o ano de 2011 foram rescindidos, ou estão em vias de rescisão, 33 contratos a que correspondem rendas anuais de 2,8 M€.

Para o 1º semestre de 2012 está prevista a rescisão de contratos de arrendamento no valor anual de 996.000€.

Devido às condições das cláusulas contratuais, diversos contratos rescindidos ou a rescindir ainda obrigam a pagar rendas durante alguns meses de 2012.

Por outro lado, em 2011 foram iniciados contratos de arrendamento com cláusulas a prever períodos de carência de rendas, após os quais dão origem a novos encargos, já em 2012.

Atendendo à situação particular do património imobiliário vendido à ESTAMO, mas que continuou a ser utilizado pelos serviços do Ministério da Justiça, importa destacar esta situação.

Arrendamentos e Indeminizações devidas à ESTAMO após a sua alienação

Entre 2006 e Janeiro de 2011 o Ministério da Justiça vendeu à ESTAMO 36 imóveis no valor de 261 M€.





Desse conjunto, continuam a ser utilizados 5 prédios ao serviço da Polícia Judiciária, 3 edifícios destinados a Tribunais, 2 edifícios em utilização pela Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e pela Direcção-Geral de Reinserção Social, um edifício em utilização pelo DCIAP, um edifício em utilização pelo Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça e um edifício em utilização pelo Instituto de Registos e Notariado. O valor anual deste conjunto de arrendamentos atinge 3,7 M€.

Por outro lado, os Estabelecimentos Prisionais de Lisboa, de Pinheiro da Cruz e de Castelo Branco, continuam em utilização, o que, nos termos do contrato, implicará o pagamento de indemnizações anuais no valor de 7,2 M€.

No conjunto, a dívida do Ministério da Justiça à ESTAMO, relativa às duas rúbricas referidas, atingia em 30 de Junho de 2011, cerca de 16 M€.

Princípios Orientadores

- Tendo em conta que o património edificado afecto ao Ministério da Justiça, próprio e arrendado, é o suporte físico das condições de trabalho e que, simultaneamente, consome uma importante parte dos recursos financeiros do Ministério, no sentido do melhor aproveitamento dos meios disponíveis, conceder melhores condições de trabalho e reduzir os custos de utilização, foram definidos os seguintes princípios orientadores:
 - Concentrar, com prioridade, os organismos e serviços em edifícios propriedade do Ministério, visando a libertação dos imóveis arrendados. Neste sentido, destacam-se as situações em curso para reutilização plena dos Palácios da Justiça de Lisboa e Porto e do edifício do antigo Tribunal da Polícia de Lisboa, com mais de 7.000 m² de área devoluta;
 - Recuperar e reabilitar o património existente, de acordo com as disponibilidades financeiras, visando melhorar as condições de trabalho, reduzir os consumos de energia e os custos de manutenção e conservação, implementando soluções energéticas mais eficientes;
 - Remover dos edifícios utilizados os arquivos definitivos e as zonas de armazenagem de mobiliário, de forma a otimizar as áreas disponíveis para utilização mais adequada às necessidades principais de cada entidade ou serviço;
 - Concentrar em zonas de menor valor imobiliário as áreas destinadas a depósito de arquivos definitivos, com registo da documentação;
 - Concentrar em zonas de menor valor imobiliário as áreas destinadas ao armazenamento de mobiliário e outros bens, com registo adequado para permitir a sua posterior reutilização;
 - Proceder ao abate do mobiliário e dos equipamentos que, ao abrigo das disposições legais, não se justifique manter em depósito;
 - Estudar o destino a dar ao património do Ministério da Justiça que esteja ou fique disponível;

- Estudar a reabilitação de imóveis do Estado que se encontrem devolutos, a fim de poderem vir a ser utilizados pelo MJ;
- Centralizar a gestão dos edifícios, de forma a garantir as condições de utilização e optimização dos custos, com descentralização dos meios operacionais de intervenção.

Tendo em conta o custo das rendas na despesa de funcionamento do Ministério da Justiça, deverão ser analisados todos os contratos, com o objectivo de:

- Denunciar os contratos que não se justifiquem;
- Optimizar a utilização dos espaços a manter;
- Renegociar, sempre que possível e se justifique, as condições dos contratos de arrendamento, para redução do preço;
- Estudar a hipótese de, no final do contrato, o Estado optar pela aquisição do imóvel pelo valor não amortizado.

8-OPÇÕES PARA OS SISTEMAS TECNOLÓGICOS DE INFORMAÇÃO

Atendendo à diversidade dos sistemas operacionais, à não interligação entre os mesmos e aos custos de manutenção e actualização dos sistemas, foram definidas as seguintes opções:

- Criar uma arquitectura de sistemas de informação para os tribunais que integre todas as entidades numa única gestão processual, respeitando as regras e os procedimentos específicos de cada entidade, de forma a assegurar que a partilha de informação seja um processo simples e célere entre as entidades;
- Dotar a arquitectura de um sistema de monitorização que contemple um conjunto de indicadores de gestão para que em tempo útil sejam identificados os constrangimentos e implementadas medidas correctivas, racionalizando os recursos e garantindo o cumprimento dos níveis de serviço e de qualidade de serviço;
- Aumentar a segurança da informação, sem comprometer a flexibilização e a partilha de informação pelos diversos interlocutores nos processos;
- Aproximar os cidadãos da Justiça promovendo o Portal da Justiça como meio preferencial de disponibilização de informação sobre os seus direitos e garantias e meios de acesso à Justiça;
- Alargar os serviços actualmente prestados *online*, potenciando o Portal da Justiça, como o local de acesso privilegiado de contacto entre os cidadãos/agentes económicos para a recolha de gestão da informação relacionada com os actos jurídicos e civis;
- Melhorar as comunicações entre as diversas entidades da Justiça e disponibilizar os equipamentos necessários a assegurar o acesso adequado aos sistemas de informação por cada uma das entidades;
- Potenciar a plataforma de *e-learning* na Justiça para melhorar as qualificações dos profissionais da Justiça.

9- GESTÃO DE VIATURAS

O Parque Automóvel do Ministério da Justiça (PAMJ) é composto por 1.635 viaturas com uma média 10 anos, em que 67 estão inoperacionais (a estas últimas acrescentam-se 433 viaturas consideradas problemáticas). Ao elevado desgaste das viaturas acrescenta-se a gestão descentralizada e não profissional da manutenção das mesmas.

Como consequência, as viaturas efectuam uma média de cerca de 20.000 km por ano, gerando um custo anual médio por viatura de 1.806 € em manutenção e 2.080 € em combustíveis. A despesa com o Parque Automóvel, implica um encargo anual estimado de 5 M€, correspondendo 2,4 M€ a manutenção e 2,7 M€ a combustíveis.

A opção para renovar a frota tem sido recorrer ao AOV, tendo este modelo como principal mais-valia a subcontratação da manutenção da frota, e como principal inconveniente os custos com a amortização das viaturas, amortizando-se em média 60% do valor da viatura a cada 4 anos.

Justificando-se que as viaturas possam ter uma utilização máxima de 10 anos, considerou-se que a aquisição das viaturas e a subcontratação da sua manutenção, mantendo os benefícios do AOV, permitirá reduzir os custos de amortização.

De forma a dotar os serviços das viaturas necessárias em adequadas condições de utilização, reduzindo as despesas inerentes à sua utilização, optou-se por um modelo de aquisição de viaturas, a fim de serem mantidas por 10 anos, efectuando-se uma renovação de 10% da frota em cada ano.

Como consequência, em 10 anos será amortizado 100% do valor da viatura, em vez dos 150% verificados através de contratos de AOV (60% por cada 4 anos).

A actualização do parque automóvel permitirá uma redução anual estimada para o Ministério da Justiça de aproximadamente 1,5 M€, em manutenção e consumo de combustíveis.

A este trabalho deverá acrescentar-se a revisão das necessidades dos serviços do Ministério da Justiça e a adequação das viaturas ao tipo de uso, o que deverá ter impacto ao nível do número de viaturas, mas também ao nível do tipo de viaturas, reduzindo significativamente os custos com a gestão do PAMJ.



10.1 - Antecedentes

Orçamento de 2010

A situação financeira do Ministério da Justiça tem vindo a agravar-se desde 2007, consequência dos défices gerados pelo aumento do custo de funcionamento e da redução das dotações.

Em 2010 o custo de funcionamento atingiu 1.419 M€, com 740 M€ financiado pelo Orçamento de Estado, 669 M€ de receitas próprias e o restante através de outras fontes.

O financiamento do PIDDAC atingiu 155 M€, sendo 147 M€ do Orçamento de Estado.

O ano de 2010 terminou com 153 M€ de encargos assumidos e não pagos.

Orçamento de 2011

Apesar do evidente desequilíbrio, o orçamento de 2011 veio agravar a situação, uma vez que previu o aumento da despesa de funcionamento para 1.490 M€ (+5%). Contudo:

O Orçamento de Estado para as despesas de funcionamento foi reduzido em 195 M€, passando de 740 M€ em 2010 para 545 M€ em 2011 (- 26,4 %);

- O investimento no âmbito do PIDDAC foi também reduzido para 119 M€, dos quais apenas 21 M€ provenientes do Orçamento de Estado;
- No conjunto das despesas de funcionamento e de investimento, o Orçamento de 2011 atingiu 1.617,1 M€, sendo 35 % financiado por dotações do Orçamento de Estado;

No Orçamento não foram incluídos os encargos assumidos e não pagos no final de 2010, no valor de 153 M€;

Para que no Orçamento esta redução do financiamento pudesse ser suficiente para pagar as despesas, foi estimado o aumento das receitas próprias em 273 M€, as quais passariam de 669 M€ para 942 M€.

Na prática, a dotação do Orçamento de Estado para financiamento da despesa de funcionamento e do investimento passou de 887 M€ em 2010 para 561 M€ em 2011 (- 321 M€).

Apesar de se prever o aumento da despesa, seriam as receitas próprias a suprir as necessidades.

Assim, quando o actual Governo tomou posse, a situação financeira estava à beira da rotura, sem dotações para pagar salários, o que obrigou a solicitar, em Agosto de 2011, um reforço da dotação orçamental em 416 M€, ou seja, mais 28 % do previsto no Orçamento de 2011.

Este valor resultou da redução do financiamento do orçamento de Estado para despesas de funcionamento em 195 M€, da redução das receitas próprias, e do valor dos encargos assumidos e não pagos no final de 2010, no valor de 153 M€.

Dívidas do Ministério da Justiça em 30/06/2011:

Como consequência, a situação financeira do Ministério não permitiu pagar os encargos assumidos, pelo que em 30 de Junho de 2011 a dívida acumulada atingia os 237 M€, da qual 109 M€ relativas a 2010.

De entre os principais credores destacam-se em 30/06/2011, os seguintes:

• Apoio Judiciário	= 50 M€
• Caixa Geral de Aposentações	= 39 M€
• Despesas do Sistema de Saúde	= 39 M€
• Fornecedores diversos	= 35 M€
• CTT	= 29 M€
• ESTAMO	= 13 M€
• Saúde nos serviços prisionais	= 10 M€
• Outras despesas	= 22 M€

Execução do Orçamento de 2011

No final do 3º trimestre de 2011, a execução do orçamento traduzia-se nos seguintes resultados:

A despesa situava-se 94,7 M€ abaixo do previsto, mas os encargos assumidos e não pagos atingiam 215 M€, pelo que, deduzindo o montante por pagar no final de 2010 (153 M€), a redução da despesa foi de 33 M€.

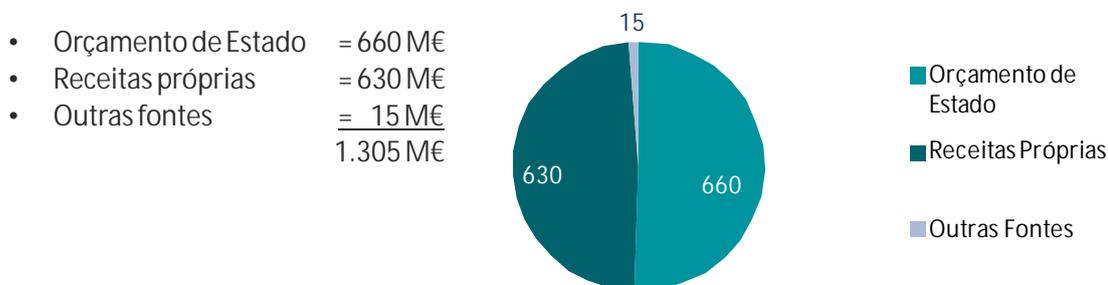
A receita própria atingiu 459 M€, prevendo-se até final do ano a obtenção de 626 M€, ou seja, - 316 M€ que o previsto.

10.2 - Orçamento de Funcionamento do Ministério da Justiça

Com base nos anteriores pressupostos de financiamento, (OE+ receitas próprias + fundos comunitários) a despesa de funcionamento prevista para 2012 foi fixada em 1.427 M€, o que representa uma redução de 63 M€ (4,2%) face ao OE de 2011 e próxima da fixada em 2010 (1.419 M€).

Com a suspensão dos subsídios de férias e de Natal, incluindo os seus reflexos em termos dos encargos sociais associados, o orçamento de funcionamento do MJ está agora nos 1.305 M€.

O financiamento da despesa está repartido da seguinte forma (ver quadro 1):



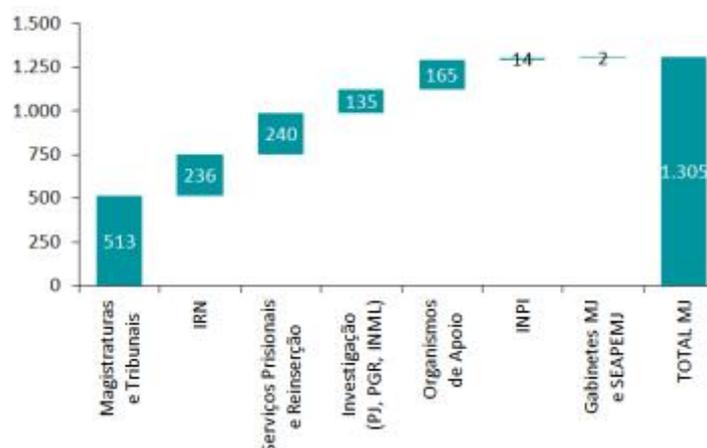
Da distribuição das despesas de funcionamento por rubricas (ver quadros 2 e 3): destacam-se as seguintes

• Despesas com pessoal	= 928 M€ (ver detalhe no quadro 4)
• Aquisição de bens e serviços	= 297 M€
• Outras despesas correntes	= 44 M€

O total da despesa de funcionamento por tipo de serviços é a seguinte (ver quadro 5):

• Magistraturas e tribunais (DGAJ, MJ, MMP, MTAF, TRs e TCAs)	= 513 M€ (39,3%)
• IRN	= 236 M€ (18,4%)
• Serviços prisionais e reinserção	= 240 M€ (18,4%)
• Investigação (PJ, PGR, INML)	= 135 M€ (10,3%)
• Organismos de apoio	= 165 M€ (12,6%)
• INPI	= 14 M€ (1%)

- Gabinetes MJ e SEAPEMJ = 2 M€ (0,2%)



Merece destaque o reduzido peso dos “organismos de apoio”: isto significa que o MJ dedica de facto a esmagadora maioria dos seus recursos financeiros às suas actividades de serviço ao cidadão.

O orçamento de funcionamento proposto para 2012 inclui, face ao orçamento de 2011, uma poupança de 183 M€, (12,3%), dos quais 123 M€ se devem à supressão dos subsídios de férias e de Natal e 60 M€ de redução da despesa (ver quadro 6).

Orçamento de funcionamento após limites da cativação

Aplicando as percentagens de cativação previstas na proposta de lei às rubricas do orçamento destinadas a despesa de funcionamento, poderemos concluir que a cativação corresponde a 19 M€, ou seja, 6,1% das aquisições de bens e serviços e de bens de capital.

10.3 - Orçamento de Investimento para 2012/2015

Para além do orçamento da despesa de funcionamento, foi incluído o orçamento de investimento no valor de 104 M€ para 2012 (ver quadros 8, 9 e 10).

O Ministério da Justiça apresentou ao Ministério das Finanças, em 15/09/2011, o Plano de Investimentos para 2012/2015 considerado necessário para garantir a continuidade das obras e outros projectos em curso, bem como dos que deverão ser iniciados para satisfazerem necessidades dos diferentes serviços e organismos.

No total, os projectos prevêem um investimento de 289 M€, dos quais 46 M€ já foram investidos ou serão até final de 2011; dos restantes 243 M€, deverão ser investidos 104 M€ em 2012 e 76 M€ em 2013 e o restante nos anos seguintes.



Assim, estão programadas as seguintes intervenções:

- Tribunais
76 intervenções estimadas em 73,8 M€;
- Estabelecimentos Prisionais e de Reinserção Social
17 intervenções estimadas em 39,3 M€, destacando-se o aumento de 709 lugares:
 - 177 através do novo EP de Angra do Heroísmo
 - 532 lugares através da remodelação dos EP do Linhó, do EP de Alcoentre, do EP de Leiria e do EP de Caxias.

Estas obras terão um custo total de 32,9 M€, sendo 25,5 M€ referentes à construção do novo EP, e 7,4 M€ para remodelação dos actuais EP.

Há ainda outros projectos de extensão da capacidade de EP em estudo que poderão aumentar em 1.254 o número de lugares no Sistema Prisional.

- Sistema de Vigilância Electrónica (SVE)

Incrementar o recurso ao sistema de Vigilância Electrónica (VE) de forma a:

- reduzir a pressão do excesso da população prisional e os seus custos;
- controlar de modo rigoroso e permanente o cumprimento de decisões judiciais;
- reduzir a reincidência criminal através da supervisão intensiva inerente à VE e da retirada do arguido ou condenado de meios criminogéneos;
- proporcionar novos instrumentos ao serviço da ressocialização dos delinquentes.

De um ponto de vista operacional, o Ministério da Justiça está preparado para o aumento do recurso ao sistema de VE, dispondo de 1.500 pulseiras, estando apenas 604 em uso.

Adicionalmente, esta medida acarreta custos significativamente inferiores ao do Sistema Prisional, tendo um custo diário por arguido de 17,79 €. Um arguido no Sistema Prisional representa um custo diário de 49,77 €, o que equivale a dizer que com o mesmo custo de 1 arguido num Estabelecimento Prisional, podemos ter cerca de 3 arguidos no sistema de VE.

- Investigação Criminal
11 intervenções no valor de 143,8 M€;
- Outros investimentos
Em áreas diversas, no valor de 13,9 M€;

O quadro 11 em anexo contém o detalhe dos investimentos previstos



ANEXOS

ÍNDICE DOS MAPAS

- 1** Receitas e Despesas em 2012: Resumo
- 2** Despesas de funcionamento 2012 por natureza e organismo
- 3** Despesas de funcionamento 2012 por natureza e organismo: detalhe
- 4** Despesas com pessoal 2012 por funções
- 5** Despesas de funcionamento 2012 por funções
- 6** Despesas de funcionamento: OE inicial 2011 e OE 2012 por organismo
- 7** Apoio judiciário
- 8** PIDDAC 2012/2015 por natureza
- 9** PIDDAC 2012/2015 por fonte de financiamento
- 10** PIDDAC 2012/2015 por organismo
- 11** Plano de Investimentos 2012/2015

OE 2012 MJ
Receitas e Despesas em 2012:
Resumo

		Origens de fundos			
		OE	RP	FC	Total
Aplicação dos fundos	Funcionamento	659.507.631	629.759.799	15.274.187	1.304.541.617
	PIDDAC	7.513.428	79.849.087	16.550.524	103.913.039
	Total	667.021.059	709.608.886	31.824.711	1.408.454.656

Funcionamento								PM: Diferença face ao proposto pelo MJ
Serviço	Fontes de financiamento						TOTAL despesas de funcionamento	
	Orçamento de Estado	Receitas Próprias				Fundos Comunitários		
		Cobrados pelo organismo	A receber do IGFUJ (1)	Recebimentos do IGFUJ previstos pelos organismos (2)	Saldo (A receber do IGFUJ - recebimentos previstos) (3)			
GMJ	1.401.742						1.401.742	-74.365
GSEAPEMJ	824.206						824.206	-75.153
DGPJ	3.527.916					100.000	3.627.916	-312.769
IGSJ	917.890					61.369	979.259	-110.204
SGMJ	4.555.603	50.000					4.605.603	-411.620
SGMJ-SME	1.256.872						1.256.872	-20.300
ITIJ	0	15.602.409	2.722.728	2.722.728	0	6.750.000	25.075.137	-897.591
CPVC	900.280						900.280	-14.055
PGR	13.693.862	340.000				72.914	14.106.776	-1.437.164
MJ	77.914.134		35.987.185	29.515.888	6.471.297	0	107.430.022	-13.557.163
MMP	72.903.958		30.579.130	24.500.475	6.078.655	0	97.404.433	-13.174.697
MTAF	9.527.518		9.068.223	7.319.121	1.749.102	0	16.846.639	-2.221.584
TRL	15.484.574	92.625	370.038	370.038	0	0	15.947.237	-2.325.533
TRP	9.490.308	50.000	434.922	434.922	0	0	9.975.230	-1.428.389
TRC	6.446.952	47.780	878.000	860.139	17.861	0	7.354.871	-1.063.050
TRE	5.738.399	20.000	540.000	540.000	0	0	6.298.399	-965.337
TRG	4.110.637	20.000	466.931	466.931	0	0	4.597.568	-670.121
TACS	3.020.122	14.000	698.646	636.566	62.080	0	3.670.688	-479.751
TCAN	2.486.306	10.000			0	0	2.496.306	-209.335
DGAJ	78.031.055		176.716.591	162.453.541	14.263.050	312.290	240.796.886	-25.885.979
GRAL	3.319.850		200.000	200.000	0	0	3.519.850	-286.137
CEJ	6.746.951	244.500			0	104.000	7.095.451	-556.540
IRN	0	169.646.540	61.549.934	60.657.214	892.720	5.972.821	236.276.575	-25.308.412
PJ	100.766.758		1.454.580	1.454.580	0	218.313	102.439.651	-12.783.501
DGSP	198.582.634		1.500.000	1.500.000	0	449.398	200.532.032	-13.693.250
DGRS	37.859.104					1.215.626	39.074.730	-2.864.989
IGFIJ		432.149.643	-318.970.829				113.178.814	-439.998
INML		23.613.645	-5.329.002				18.284.643	-1.208.953
INPI		17.393.422	-3.509.684			17.456	13.901.194	-439.992
STA			892.535	892.535			892.535	0
STJ			1.138.005	1.138.005			1.138.005	0
CSM			2.612.067	2.612.067			2.612.067	0
TOTAL	659.507.631	659.294.564	0	298.274.750	29.534.765	15.274.187	1.304.541.617	-122.915.932

PIDDAC				
Serviço	OE	RP	FC	Total
DGPJ	500.000			500.000
ITIJ		1.000.000	1.700.000	2.700.000
PGR	490.000		300.000	790.000
DGAJ	5.273.428		5.813.596	11.087.024
IRN		2.607.368	7.054.465	9.661.833
PJ	600.000		1.300.000	1.900.000
DGSP	650.000			650.000
IGFIJ		74.148.997	360.711	74.509.708
INML		2.092.722	21.752	2.114.474
TOTAL	7.513.428	79.849.087	16.550.524	103.913.039

OE 2012 MJ
Despesas de funcionamento 2012 por natureza e organismo

Organismo	Despesas com o pessoal	Aquisições de bens e serviços	Juros e outros encargos	Transferências correntes	Outras despesas correntes	Aquisição de bens de capital	Transferências de capital	Total
DGAJ	190.751.930	42.725.291		64.500	6.521.273	733.892		240.796.886
IRN	176.737.353	47.835.171		2.055.059	7.491.676	2.157.316		236.276.575
DGSP	139.240.091	55.382.091		331.942	5.424.063	153.845		200.532.032
IGFIJ	3.143.802	96.703.913		5.212.780	10.964.311	1.780.615	16.000	117.821.421
MJ	103.974.982	504.133			2.950.907			107.430.022
PJ	84.736.980	13.761.117		356.000	2.920.875	664.679		102.439.651
MMP	94.270.199	437.181			2.697.053			97.404.433
DGRS	25.274.540	9.555.221		3.180.193	934.645	130.131		39.074.730
ITIJ	6.025.118	10.434.600			372.683	8.242.736		25.075.137
INML	12.857.038	4.642.199			483.743	301.663		18.284.643
MTAF	16.315.724	65.837			465.078			16.846.639
TRL	13.870.511	1.581.708			444.443	50.575		15.947.237
PGR	10.517.616	2.814.490		6.000	367.408	401.262		14.106.776
INPI	3.349.253	3.317.450	9.750	6.250.280	192.196	782.265		13.901.194
TRP	9.130.434	517.878			276.918	50.000		9.975.230
TRC	6.813.552	321.368			204.951	15.000		7.354.871
CEJ	5.872.600	887.535		50.000	195.316	90.000		7.095.451
TRE	5.117.482	969.931			176.321	34.665		6.298.399
SGMJ	3.116.865	1.149.510		126.235	119.450	93.543		4.605.603
TRG	4.199.462	257.430			128.176	12.500		4.597.568
TCA-S	3.055.384	495.963			100.777	18.564		3.670.688
DGPJ	2.362.794	980.099		140.000	90.023	55.000		3.627.916
GRAL	1.879.908	945.237		598.571	77.782	18.352		3.519.850
TCA-N	2.220.165	190.300			65.545	20.296		2.496.306
Gab. MJ	623.746	363.848		368.019	31.129	15.000		1.401.742
SGMJ-SME	1.256.872							1.256.872
IGSJ	770.957	93.627			24.370	90.305		979.259
CPVC	108.813	16.980		750.000	6.996	17.491		900.280
Gab. SEAPEMJ	602.920	193.223			21.783	6.280		824.206
Total	928.197.091	297.143.331	9.750	19.489.579	43.749.891	15.935.975	16.000	1.304.541.617
Peso percentual	71,2%	22,8%	0,0%	1,5%	3,4%	1,2%	0,0%	100,0%

OE 2012 MJ
Despesas de funcionamento 2012 por natureza e organismo: detalhe

Natureza da despesa (cf classificador económico)	Total	DGAJ	IRN	DGSP	MJ	MMP	PJ	DGRS	MTAF	TRL
Total	1.304.541.617	240.796.886	236.276.575	200.532.032	107.430.022	97.404.433	102.439.651	39.074.730	16.846.639	15.947.237
01 Despesas com o pessoal:	928.197.091	190.751.930	176.737.353	139.240.091	103.974.982	94.270.199	84.736.980	25.274.540	16.315.724	13.870.511
01 Remunerações certas e permanentes:	726.235.678	159.125.211	146.313.955	100.129.568	70.220.073	69.741.032	67.991.694	20.649.981	11.477.697	11.707.283
01 Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos.	116.364.383				48.457.717	41.162.794			4.138.848	7.347.663
02 Órgãos sociais.	742.589									
03 Pessoal dos quadros — Regime de função pública.	374.613.674	137.857.535	53.180.430	73.187.305			55.005.904	16.332.117	3.396.064	2.461.381
04 Pessoal dos quadros — Regime de contrato individual de trabalho.	5.820			5.820						
05 Pessoal além dos quadros.	44.336.996				15.959.575	18.158.860			2.714.520	1.473.102
06 Pessoal contratado a termo.	980.136	690.000						149.396		
07 Pessoal em regime de tarefa ou avença.	3.746.943									
08 Pessoal aguardando aposentação.	2.241.300	518.240	440.312	665.837	20.000	160.000	212.638	33.495	40.000	30.405
09 Pessoal em qualquer outra situação.	19.531.526	200.000	248.264		4.188.818	8.690.950	687.443		960.278	
10 Gratificações.	3.338.106	1.294		3.236.846			4.020			5.047
11 Representação.	1.660.213	87.764	60.435	324.798	9.180	9.456	187.161	74.741		12.732
12 Suplementos e prémios.	124.743.614	11.425.427	86.198.376	13.794.900	111.756		9.346.946	2.400.737		108.564
13 Subsídio de refeição.	28.271.501	7.994.974	5.805.493	5.294.911	1.463.671	1.415.590	2.384.297	1.224.226	222.425	246.529
14 Subsídios de férias e de Natal.	5.658.877	349.977	380.645	3.619.151	9.356	143.382	163.285	435.269	5.562	21.860
02 Abonos variáveis ou eventuais:	75.588.365	3.433.323	5.906.483	22.342.898	20.742.736	11.240.678	5.008.107	1.137.889	2.964.586	136.480
01 Gratificações variáveis ou eventuais.	2.000									
02 Horas extraordinárias.	13.091.420	19.530	30.000	12.534.956				70.200		12.685
03 Alimentação e alojamento.	250									
04 Ajudas de custo.	6.348.515	470.000	2.923.380	355.776	593.750	156.650	1.145.552	187.214	16.850	198
05 Abono para falhas.	318.365	293.022		15.773				1.035		
06 Formação.	1.773.748	106.000	1.558.300	90.466				15.982		
07 Colaboração técnica e especializada.	1.014.481		2.803							27.633
08 Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento.	43.377.810	1.299.647	600.000	7.964.026	19.832.936	10.639.803	21.902	97.651	2.875.686	
09 Subsídio de prevenção.	1.146.647						1.140.947			
11 Subsídio de turno.	1.151.631						631.887	449.922		
12 Indemnizações por cessação de funções.	3.485.382	706.690	710.000	420.821	53.000	170.200	661.224	130.316	66.000	95.413
13 Outros suplementos e prémios.	114.819	18.952	10.000		6.050	3.025			6.050	
14 Outros abonos em numerário ou espécie.	3.763.297	519.482	72.000	961.080	257.000	271.000	1.406.595	185.569		551
03 Segurança social:	126.373.048	28.193.396	24.516.915	16.767.625	13.012.173	13.288.489	11.737.179	3.486.670	1.873.441	2.026.748
01 Encargos com a saúde.	17.271.181	3.748.541	3.459.816	2.171.440	1.870.221	1.779.576	1.610.765	474.501	315.315	282.128
02 Outros encargos com a saúde.	267									
03 Subsídio familiar a crianças e jovens.	1.249.601	566.838	143.000	320.908	6.000	7.500	30.451	45.454	2.500	5.213
04 Outras prestações familiares.	235.960	19.516	38.000	84.076		1.500	50.286	213		30.890
05 Contribuições para a segurança social.	107.307.430	23.858.501	20.876.099	14.074.692	11.135.952	11.499.913	10.025.623	2.924.577	1.555.626	1.708.517
06 Acidentes em serviço e doenças profissionais.	12.500									
08 Outras pensões.	254.898			116.509			20.054	41.925		
09 Seguros.	18.391									
10 Outras despesas de segurança social.	22.820									

OE 2012 MJ
Despesas de funcionamento 2012 por natureza e organismo: detalhe

Natureza da despesa (cf classificador económico)	Total	DGAJ	IRN	DGSP	MJ	MMP	PJ	DGRS	MTAF	TRL
02 Aquisição de bens e serviços:	297.143.331	42.725.291	47.835.171	55.382.091	504.133	437.181	13.761.117	9.555.221	65.837	1.581.708
01 Aquisição de bens:	63.390.496	5.786.603	20.711.734	28.470.297	0	0	2.956.711	1.437.591	0	136.415
01 Matérias-primas e subsidiárias.	1.838.093			538.127			3.523			
02 Combustíveis e lubrificantes.	5.334.872	261.846	23.820	2.825.375			1.506.779	313.529		14.000
03 Munições, explosivos e artifícios.	119.192			28.743			90.449			
04 Limpeza e higiene.	1.106.757	310.257	191.365	452.948			44.490	32.000		5.000
05 Alimentação — Refeições confeccionadas.	18.683.187	15.000		17.472.022			414.355	763.283		
06 Alimentação — Géneros para confeccionar.	1.843							1.843		
07 Vestuário e artigos pessoais.	162.028	1.000		106.439			1.402	42.347		
08 Material de escritório.	9.952.968	5.000.000	3.346.134	380.245			361.248	128.513		72.000
09 Produtos químicos e farmacêuticos.	5.018.037			4.733.921			271.518	4.206		
10 Produtos vendidos nas farmácias.	10.933							10.483		
11 Material de consumo clínico.	950.700	3.000		288.147				1.803		
12 Material de transporte— Peças.	244.072	2.000		159.745			42.007	4.670		15.000
13 Material de consumo hoteleiro.	382.652			372.628				9.924		100
14 Outro material— Peças.	50.693	2.000		34.969			4.724	3.800		
15 Prémios, condecorações e ofertas.	101.427			5.188			4.498	12.624		361
16 Mercadorias para venda.	16.972.142		16.972.142							
17 Ferramentas e utensílios.	107.614	500		49.829			1.030	1.515		
18 Livros e documentação técnica.	547.244	60.000	2.000	3.342			7.210	26.414		3.500
19 Artigos honoríficos e de decoração.	11.275	10.000								175
20 Material de educação, cultura e recreio.	53.631	1.000		27.137				8.344		6.000
21 Outros bens.	1.741.136	120.000	176.273	991.492			203.478	72.293		20.279
02 Aquisição de serviços:	233.752.835	36.938.688	27.123.437	26.911.794	504.133	437.181	10.804.406	8.117.630	65.837	1.445.293
01 Encargos das instalações.	25.036.137	5.212.276	2.222.824	10.115.050			1.306.574	627.000		65.000
02 Limpeza e higiene.	9.494.731	4.845.632	1.700.341	754.035			482.650	402.854		148.000
03 Conservação de bens.	4.740.347	560.405	561.392	1.534.679			1.045.465	231.800		60.947
04 Locação de edifícios.	44.297.937	10.727.389	12.720.247	497.499			2.340.624	753.365		630.000
05 Locação de material de informática.	5.000							4.000		
06 Locação de material de transporte.	1.889.408	986.252		140.116			560.000			
08 Locação de outros bens.	279.653	6.000	10.000	57.224			19.859	6.650		
09 Comunicações.	33.047.531	1.787.600	3.236.027	839.216			1.032.473	618.545		285.703
10 Transportes.	8.704.337	4.161.100	110.460	1.222.984	307.633	363.681	1.300.000	133.672	44.637	150.000
11 Representação dos serviços.	135.890		2.500	500			11.911	4.275		124
12 Seguros.	443.048	5.360	16.000	1.995			210.412	38.570		1.133
13 Deslocações e estadas.	3.729.464	233.110	796.213	332.798	196.500	73.500	785.470	183.615	21.200	1.545
14 Estudos, pareceres, projectos e consultadoria.	1.073.243		392.000				50.000	9.303		
15 Formação.	1.270.787	70.000	154.553	42.885			83.933	455.536		2.000
16 Seminários, exposições e similares.	421.925						3.014	120.775		
17 Publicidade.	518.657	402.360	43.699	1.884			264	1.900		900
18 Vigilância e segurança.	9.038.282	3.355.550	366.716	46.941			6.175	4.057.907		35.000
19 Assistência técnica.	8.704.908	2.140.746	3.196.062	489.772			1.112.378	133.900		41.150
20 Outros trabalhos especializados.	65.997.802	319.636	878.071	410.991			5.679	273.367		23.591
22 Serviços de saúde.	4.787.395			4.743.430				13.965		
24 Encargos de cobrança de receitas.	47.500									
25 Outros serviços.	10.088.853	2.125.272	716.332	5.679.795			447.525	46.631		200

OE 2012 MJ
Despesas de funcionamento 2012 por natureza e organismo: detalhe

Natureza da despesa (cf classificador económico)	Total	DGAJ	IRN	DGSP	MJ	MMP	PJ	DGRS	MTAF	TRL
03 Juros e outros encargos:	9.750									
04 Transferências correntes:	19.489.579	64.500	2.055.059	331.942			356.000	3.180.193		
03 Administração central:	6.652.574		1.800.000	169.717				56.250		
01 Estado.	2.030.540									
05 Serviços e fundos autónomos.	4.622.034		1.800.000	169.717				56.250		
07 Instituições sem fins lucrativos:	4.880.651		50.000	632				3.058.397		
08 Famílias:	1.277.275	64.500	205.059	161.593			30.000	60.123		
01 Empresário em nome individual.	20.000			20.000						
02 Outras.	1.232.275	39.500	205.059	141.593			30.000	60.123		
11 Regimes complementares.	25.000	25.000								
09 Resto do mundo:	6.679.079						326.000	5.423		
01 União Europeia — Instituições.	300.000						300.000			
02 União Europeia — Países membros.	31.079							5.423		
03 Países terceiros e organizações internacionais.	6.348.000						26.000			
06 Outras despesas correntes:	43.749.891	6.521.273	7.491.676	5.424.063	2.950.907	2.697.053	2.920.875	934.645	465.078	444.443
01 Impostos e taxas.	3.591							2.410		
02 Activos incorpóreos.	5.000							5.000		
03 Outras.	43.741.300	6.521.273	7.491.676	5.424.063	2.950.907	2.697.053	2.920.875	927.235	465.078	444.443
07 Aquisição de bens de capital:	15.935.975	733.892	2.157.316	153.845			664.679	130.131		50.575
03 Edifícios.	282.813	106.500								
06 Material de transporte.	1.752.495							10.495		
07 Equipamento de informática.	4.196.750	208.500	80.000	50.000			109.500	30.388		24.030
08 Software informático.	7.496.188	57.500	1.187.316				305.179	24.124		22.515
09 Equipamento administrativo.	1.594.831	145.500	890.000	25.632			50.000	53.691		4.030
10 Equipamento básico.	427.831	66.392		49.506			200.000	11.433		
11 Ferramentas e utensílios.	30.330	2.500		26.850						
12 Artigos e objectos de valor.	2.940									
13 Investimentos incorpóreos.	2.270			800						
15 Outros investimentos.	149.527	147.000		1.057						
08 Transferências de capital:	16.000									

OE 2012 MJ
Despesas de funcionamento 2012 por natureza e organismo: detalhe

Natureza da despesa (cf classificador económico)	INML	PGR	TRP	TRC	ITIJ	CEJ	TRE	TRG	INPI
Total	18.284.643	14.106.776	9.975.230	7.354.871	25.075.137	7.095.451	6.298.399	4.597.568	13.901.194
01 Despesas com o pessoal:	12.857.038	10.517.616	9.130.434	6.813.552	6.025.118	5.872.600	5.117.482	4.199.462	3.349.253
01 Remunerações certas e permanentes:	11.297.440	8.728.751	7.684.490	5.733.298	5.028.379	4.159.635	4.237.022	3.545.311	2.681.290
01 Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos.			4.585.400	3.396.139		641.418	2.281.650	1.879.426	
02 Órgãos sociais.	309.354				105.480				132.755
03 Pessoal dos quadros — Regime de função pública.	5.589.245	6.908.289	1.450.818	1.185.524	4.460.412	1.660.815	1.034.953	430.136	2.073.900
04 Pessoal dos quadros — Regime de contrato individual de trabalho.									
05 Pessoal além dos quadros.	1.020.064	369.019	1.310.471	916.220			624.034	1.127.005	
06 Pessoal contratado a termo.							100		
07 Pessoal em regime de tarefa ou avença.	3.688.189					35.000			
08 Pessoal aguardando aposentação.	5.940		10.713	5.357			73.363		10.000
09 Pessoal em qualquer outra situação.		312.967				1.456.070	5.544		151.200
10 Gratificações.	2.772	13.027	5.681	4.547			4.679	1.812	23.195
11 Representação.	110.456	126.439	12.479	12.479	69.429	41.378	12.479	12.297	90.010
12 Suplementos e prémios.	80.190	701.267	133.009	77.196	161.945	6.865	66.811	21.539	
13 Subsídio de refeição.	362.990	234.850	159.000	122.310	227.335	190.322	101.268	69.123	194.350
14 Subsídios de férias e de Natal.	128.240	62.893	16.919	13.526	3.778	127.767	32.141	3.973	5.880
02 Abonos variáveis ou eventuais:	205.429	334.386	135.566	89.337	113.050	982.583	90.299	42.168	87.650
01 Gratificações variáveis ou eventuais.									
02 Horas extraordinárias.	91.080	75.000	15.319	9.000	25.000	12.000	12.100	4.500	250
03 Alimentação e alojamento.									250
04 Ajudas de custo.	33.054	130.000	3.000	2.800	41.929	75.000	4.400	1.726	75.000
05 Abono para falhas.	2.614	2.073		100	932				1.900
06 Formação.					1.000				
07 Colaboração técnica e especializada.			23.413	23.831		885.583	14.194	18.786	
08 Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento.		32.400			13.759				
09 Subsídio de prevenção.									
11 Subsídio de turno.	40.392				29.430				
12 Indemnizações por cessação de funções.	267	40.000	90.728	50.000			55.023	15.000	10.000
13 Outros suplementos e prémios.	2.475	49.205							
14 Outros abonos em numerário ou espécie.	35.547	5.708	3.106	3.606	1.000	10.000	4.582	2.156	250
03 Segurança social:	1.354.169	1.454.479	1.310.378	990.917	883.689	730.382	790.161	611.983	580.313
01 Encargos com a saúde.	190.008	190.560	186.853	144.300	118.132	60.196	111.544	86.995	67.442
02 Outros encargos com a saúde.	267								
03 Subsídio familiar a crianças e jovens.	19.916	10.839	2.408	8.500	6.253	6.316	3.112	3.019	44.460
04 Outras prestações familiares.							100		2.500
05 Contribuições para a segurança social.	1.066.857	1.253.080	1.121.117	838.117	759.304	663.870	670.405	521.969	445.911
06 Acidentes em serviço e doenças profissionais.							5.000		2.500
08 Outras pensões.	58.410								
09 Seguros.	891								17.500
10 Outras despesas de segurança social.	17.820								

OE 2012 MJ
Despesas de funcionamento 2012 por natureza e organismo: detalhe

Natureza da despesa (cf classificador económico)	INML	PGR	TRP	TRC	ITIJ	CEJ	TRE	TRG	INPI
02 Aquisição de bens e serviços:	4.642.199	2.814.490	517.878	321.368	10.434.600	887.535	969.931	257.430	3.317.450
01 Aquisição de bens:	2.268.585	216.904	56.836	42.100	140.450	86.050	69.700	23.000	424.470
01 Matérias-primas e subsidiárias.	1.296.443								
02 Combustíveis e lubrificantes.	75.500	50.000	9.998	11.200	9.500	7.000	20.000	7.500	14.630
03 Munições, explosivos e artificios.									
04 Limpeza e higiene.	16.500	7.000	3.720		10.000	2.250	2.000	1.500	6.000
05 Alimentação — Refeições confeccionadas.		2.000				4.500			
06 Alimentação — Géneros para confeccionar.									
07 Vestuário e artigos pessoais.	7.750			800			300		490
08 Material de escritório.	125.750	85.000	40.000	27.100	15.000	55.000	41.000	10.000	45.000
09 Produtos químicos e farmacêuticos.	8.142								
10 Produtos vendidos nas farmácias.						450			
11 Material de consumo clínico.	657.250	500							
12 Material de transporte— Peças.		150			950	200	200	800	2.250
13 Material de consumo hoteleiro.									
14 Outro material— Peças.					5.000			200	
15 Prémios, condecorações e ofertas.						950	500		70.980
16 Mercadorias para venda.									
17 Ferramentas e utensílios.	54.250								490
18 Livros e documentação técnica.	10.500	50.000	1.618	1.000	80.000	100	2.000	2.500	270.000
19 Artigos honoríficos e de decoração.						100	500		
20 Material de educação, cultura e recreio.						7.500			
21 Outros bens.	16.500	22.254	1.500	2.000	20.000	8.000	3.200	500	14.630
02 Aquisição de serviços:	2.373.614	2.597.586	461.042	279.268	10.294.150	801.485	900.231	234.430	2.892.980
01 Encargos das instalações.	306.764	150.000	33.998	9.696	90.000	58.500	25.155	30.000	82.500
02 Limpeza e higiene.	243.000	205.000	46.700	36.055	120.000	110.000	19.000	22.000	117.000
03 Conservação de bens.	160.000	180.000	20.000	10.000	35.000	10.000	36.000	5.500	75.000
04 Locação de edifícios.		825.000			600.000	15.000	468.739		203.000
05 Locação de material de informática.									1.000
06 Locação de material de transporte.	40.000			12.000			52.500	25.000	7.540
08 Locação de outros bens.	69.500	1.500		300	20.000			2.500	59.970
09 Comunicações.	371.644	210.000	185.483	100.976	3.182.500	45.000	108.790	76.180	197.500
10 Transportes.	18.800	120.000	135.200	60.000	227.000	24.000	62.000	62.300	1.000
11 Representação dos serviços.	1.000	20.000		200	2.250				9.750
12 Seguros.	5.000	5.000	405	900	500	500	1.300	650	950
13 Deslocações e estadas.	85.541	130.000	2.156	2.500	50.000	140.000	2.419	3.000	177.440
14 Estudos, pareceres, projectos e consultadoria.							1.000		205.940
15 Formação.	21.500	50.000	6.000	2.500	142.900	15.000	1.000	1.000	100.380
16 Seminários, exposições e similares.		166.086		100					58.500
17 Publicidade.	8.600	10.000	500		4.000	600		300	27.750
18 Vigilância e segurança.	120.400	185.000		24.265	120.000	150.000	86.328		109.000
19 Assistência técnica.	329.288	140.000	28.600	7.475	465.000	54.500	9.000	5.000	273.500
20 Outros trabalhos especializados.	419.000	170.000	1.000	3.300	5.225.000	150.150	20.000	1.000	1.082.260
22 Serviços de saúde.	30.000								
24 Encargos de cobrança de receitas.									47.500
25 Outros serviços.	143.577	30.000	1.000	9.001	10.000	28.235	7.000		55.500

OE 2012 MJ
Despesas de funcionamento 2012 por natureza e organismo: detalhe

Natureza da despesa (cf classificador económico)	INML	PGR	TRP	TRC	ITIJ	CEJ	TRE	TRG	INPI
03 Juros e outros encargos:									9.750
04 Transferências correntes:		6.000				50.000	0	0	6.250.280
03 Administração central:									
01 Estado.									
05 Serviços e fundos autónomos.									
07 Instituições sem fins lucrativos:		6.000							117.280
08 Famílias:									
01 Empresário em nome individual.									
02 Outras.									
11 Regimes complementares.									
09 Resto do mundo:						50.000			6.133.000
01 União Europeia — Instituições.									
02 União Europeia — Países membros.									
03 Países terceiros e organizações internacionais.						50.000			6.133.000
06 Outras despesas correntes:	483.743	367.408	276.918	204.951	372.683	195.316	176.321	128.176	192.196
01 Impostos e taxas.									
02 Activos incorpóreos.									
03 Outras.	483.743	367.408	276.918	204.951	372.683	195.316	176.321	128.176	192.196
07 Aquisição de bens de capital:	301.663	401.262	50.000	15.000	8.242.736	90.000	34.665	12.500	782.265
03 Edifícios.	9.074			5.000	50.000				112.239
06 Material de transporte.			42.000						
07 Equipamento de informática.	102.244	146.750	8.000	5.000	3.050.000	10.000	19.000	10.000	237.026
08 Software informático.	24.500	200.000			5.072.736	70.000	950		292.500
09 Equipamento administrativo.	125.345	54.512		5.000	50.000	5.000	14.715	2.500	99.140
10 Equipamento básico.	40.500				20.000	5.000			35.000
11 Ferramentas e utensílios.									980
12 Artigos e objectos de valor.									2.440
13 Investimentos incorpóreos.									1.470
15 Outros investimentos.									1.470
08 Transferências de capital:									

OE 2012 MJ
Despesas de funcionamento 2012 por natureza e organismo: detalhe

Natureza da despesa (cf classificador económico)	IGFIJ	TCA-S	SGMJ	DGPJ	TCA-N	GRAL	SGMJ-SME	IGSJ	Gab. MJ	Gab. SEAPEMJ	CPVC
Total	117.821.421	3.670.688	4.605.603	3.627.916	2.496.306	3.519.850	1.256.872	979.259	1.401.742	824.206	900.280
01 Despesas com o pessoal:	3.143.802	3.055.384	3.116.865	2.362.794	2.220.165	1.879.908	1.256.872	770.957	623.746	602.920	108.813
01 Remunerações certas e permanentes:	2.641.462	2.583.415	2.477.707	1.907.507	1.839.219	1.482.451	1.075.101	651.110	533.462	506.802	85.332
01 Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos.		1.393.468			982.000				50.887	46.973	
02 Órgãos sociais.	195.000										
03 Pessoal dos quadros — Regime de função pública.	1.958.000	830.872	2.032.736	1.483.476	611.000	439.795		561.343	266.836	214.788	
04 Pessoal dos quadros — Regime de contrato individual de trabalho.											
05 Pessoal além dos quadros.		249.613		242.513	172.000						
06 Pessoal contratado a termo.									67.740	72.900	
07 Pessoal em regime de tarefa ou avença.									23.754		
08 Pessoal aguardando aposentação.	15.000										
09 Pessoal em qualquer outra situação.	250.000		175.881			955.987	1.018.923		50.578	103.506	75.117
10 Gratificações.		2.759	18.006	5.569	2.100	1.283					5.469
11 Representação.	100.800	6.428	77.611	43.131	6.300	24.688		24.875	63.333	59.334	
12 Suplementos e prémios.	4.500	33.073	4.506		22.600			43.407			
13 Subsídio de refeição.	114.000	63.035	146.461	91.985	42.500	55.400		20.687	10.334	9.301	4.134
14 Subsídios de férias e de Natal.	4.162	4.167	22.506	40.833	719	5.298	56.178	798	0	0	612
02 Abonos variáveis ou eventuais:	44.500	32.190	179.452	115.000	46.100	35.465	98.400	10.357	14.538	8.424	10.291
01 Gratificações variáveis ou eventuais.	2.000										
02 Horas extraordinárias.	10.000	5.000	122.088	15.000	4.500	18.374		4.838			
03 Alimentação e alojamento.											
04 Ajudas de custo.	10.000	2.000	774	80.000	1.500	10.000		5.000	14.538	8.424	
05 Abono para falhas.						916					
06 Formação.	2.000										
07 Colaboração técnica e especializada.		8.738			9.500						
08 Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento.											
09 Subsídio de prevenção.						5.700					
11 Subsídio de turno.											
12 Indemnizações por cessação de funções.	10.000	15.000	42.300	15.000	30.000		98.400				
13 Outros suplementos e prémios.			9.062								10.000
14 Outros abonos em numerário ou espécie.	10.500	1.452	5.228	5.000	600	475		519			291
03 Segurança social:	457.840	439.779	459.706	340.287	334.846	361.992	83.371	109.490	75.746	87.694	13.190
01 Encargos com a saúde.	60.000	62.826	102.274	45.140	47.386	36.246	22.951	15.058	3.695	5.388	1.884
02 Outros encargos com a saúde.											
03 Subsídio familiar a crianças e jovens.	5.000		1.306	3.194	1.700	767	4.246	701			
04 Outras prestações familiares.	1.000			3.389	1.100			3.390			
05 Contribuições para a segurança social.	381.840	376.953	346.226	288.564	284.660	324.979	48.074	90.341	72.051	82.306	11.306
06 Acidentes em serviço e doenças profissionais.	5.000										
08 Outras pensões.			9.900				8.100				
09 Seguros.											
10 Outras despesas de segurança social.	5.000										

OE 2012 MJ
Despesas de funcionamento 2012 por natureza e organismo: detalhe

Natureza da despesa (cf classificador económico)	IGFIJ	TCA-S	SGMJ	DGPJ	TCA-N	GRAL	SGMJ-SME	IGSJ	Gab. MJ	Gab. SEAPEMJ	CPVC
02 Aquisição de bens e serviços:	96.703.913	495.963	1.149.510	980.099	190.300	945.237	0	93.627	363.848	193.223	16.980
01 Aquisição de bens:	99.900	25.427	129.560	89.900	24.500	23.600	0	11.482	88.894	57.587	12.200
01 Matérias-primas e subsidiárias.											
02 Combustíveis e lubrificantes.	36.900	5.000	30.600	15.600	6.500	6.600		5.604	40.791	30.600	6.000
03 Munições, explosivos e artificios.											
04 Limpeza e higiene.	1.000	3.527	9.200	5.500	1.500			1.000			
05 Alimentação — Refeições confeccionadas.									10.000	2.027	
06 Alimentação — Géneros para confeccionar.											
07 Vestuário e artigos pessoais.		1.500									
08 Material de escritório.	50.000	5.000	64.000	42.000	12.000	8.000		2.978	20.000	12.000	5.000
09 Produtos químicos e farmacêuticos.		250									
10 Produtos vendidos nas farmácias.											
11 Material de consumo clínico.											
12 Material de transporte— Peças.	1.000	2.000	4.500						5.000	2.400	1.200
13 Material de consumo hoteleiro.											
14 Outro material— Peças.											
15 Prémios, condecorações e ofertas.				4.500					1.826		
16 Mercadorias para venda.											
17 Ferramentas e utensílios.											
18 Livros e documentação técnica.	1.000	2.000	3.060	11.500	3.500	5.000		600	400		
19 Artigos honoríficos e de decoração.			500								
20 Material de educação, cultura e recreio.		3.650									
21 Outros bens.	10.000	2.500	17.700	10.800	1.000	4.000		1.300	10.877	10.560	
02 Aquisição de serviços:	96.604.013	470.536	1.019.950	890.199	165.800	921.637	0	82.145	274.954	135.636	4.780
01 Encargos das instalações.	4.595.500	25.000	64.300		12.000			4.000			
02 Limpeza e higiene.	33.000	36.000	150.000		9.000	1.200		13.264			
03 Conservação de bens.	66.250	6.509	75.000	14.300	7.000	3.000		2.500	26.000	12.100	1.500
04 Locação de edifícios.	14.192.718	243.356	17.000		64.000						
05 Locação de material de informática.											
06 Locação de material de transporte.	44.000			14.000		8.000					
08 Locação de outros bens.			18.200		3.500	200		4.250			
09 Comunicações.	20.439.288	44.237	73.600	59.499	36.000	24.500		13.306	69.524	8.580	1.360
10 Transportes.	25.000	45.000	40.000	7.500	25.000	7.450		1.000	29.000	18.000	1.920
11 Representação dos serviços.			2.000	4.000		1.000			33.000	43.380	
12 Seguros.	145.500	2.200	2.200	500	300	600		360	2.197	516	
13 Deslocações e estadas.	10.000	5.000	8.700	367.000		23.300		3.457	70.000	25.000	
14 Estudos, pareceres, projectos e consultadoria.	30.000		170.000	215.000							
15 Formação.	50.000	5.000	33.600	20.000	500	10.000		2.500			
16 Seminários, exposições e similares.			7.600	30.000					15.850	20.000	
17 Publicidade.	8.000		5.000	2.400					500		
18 Vigilância e segurança.	190.000	37.000	123.000		5.000			20.000			
19 Assistência técnica.	6.500	12.540	74.750	52.000	3.000	105.256		17.508	6.983		
20 Outros trabalhos especializados.	56.766.757	1.500	120.000	69.000	500	34.000			20.400	2.600	
22 Serviços de saúde.											
24 Encargos de cobrança de receitas.											
25 Outros serviços.	1.500	7.194	35.000	35.000		703.131			1.500	5.460	

OE 2012 MJ
Despesas de funcionamento 2012 por natureza e organismo: detalhe

Natureza da despesa (cf classificador económico)	IGFIJ	TCA-S	SGMJ	DGPJ	TCA-N	GRAL	SGMJ-SME	IGSJ	Gab. MJ	Gab. SEAPEMJ	CPVC
03 Juros e outros encargos:											
04 Transferências correntes:	5.212.780		126.235	140.000		598.571			368.019		750.000
03 Administração central:	4.626.607										
01 Estado.	2.030.540										
05 Serviços e fundos autónomos.	2.596.067										
07 Instituições sem fins lucrativos:	586.173		126.235			598.571			337.363		
08 Famílias:				6.000							750.000
01 Empresário em nome individual.				6.000							750.000
02 Outras.				6.000							750.000
11 Regimes complementares.											
09 Resto do mundo:				134.000					30.656		
01 União Europeia — Instituições.											
02 União Europeia — Países membros.									25.656		
03 Países terceiros e organizações internacionais.				134.000					5.000		
06 Outras despesas correntes:	10.964.311	100.777	119.450	90.023	65.545	77.782		24.370	31.129	21.783	6.996
01 Impostos e taxas.				1.131	50						
02 Activos incorpóreos.											
03 Outras.	10.964.311	100.777	119.450	88.892	65.495	77.782		24.370	31.129	21.783	6.996
07 Aquisição de bens de capital:	1.780.615	18.564	93.543	55.000	20.296	18.352		90.305	15.000	6.280	17.491
03 Edifícios.											
06 Material de transporte.	1.700.000										
07 Equipamento de informática.	30.615		30.600	5.000	10.296	3.350		10.180	6.500	2.280	7.491
08 Software informático.	40.000	3.500	56.743	45.000	4.000	5.000		80.125	2.500	2.000	
09 Equipamento administrativo.	10.000	14.564	6.200	5.000	6.000	10.002			6.000	2.000	10.000
10 Equipamento básico.											
11 Ferramentas e utensílios.											
12 Artigos e objectos de valor.		500									
13 Investimentos incorpóreos.											
15 Outros investimentos.											
08 Transferências de capital:	16.000										

OE 2012 MJ
Despesas com pessoal por funções

Natureza da despesa (cf classificador económico)	RCP	AVE	SS	Total	MAGISTRATURAS	IRN	PRISIONAIS E REINSERÇÃO	INVESTIGAÇÃO	ORGANISMOS DE APOIO	INPI	GABINETES MJ + SE
					DGAJ, MJ, MMP, MTAF, TRs, TCAs		DGSP, DGRS	PJ, PGR, INML	ITIJ, CEJ, IGFIJ, SGMJ, DGPJ, GRAL, SGMJ-SME, IGSJ, CPVC		Gab MJ, Gab SE
Total				928.197.091	449.719.825	176.737.353	164.514.631	108.111.634	24.537.729	3.349.253	1.226.666
Peso percentual				100%	48,5%	19,0%	17,7%	11,6%	2,6%	0,4%	0,1%
03 Pessoal dos quadros — Regime de função pública.	X			374.613.674	149.258.283	53.180.430	89.519.422	67.503.438	12.596.577	2.073.900	481.624
12 Suplementos e prémios.	X			124.743.614	11.999.975	86.198.376	16.195.637	10.128.403	221.223		
01 Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos.	X			116.364.383	115.625.105				641.418		97.860
05 Contribuições para a segurança social.			X	107.307.430	53.571.730	20.876.099	16.999.269	12.345.560	2.914.504	445.911	154.357
05 Pessoal além dos quadros.	X			44.336.996	42.705.400			1.389.083	242.513		
08 Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento.		X		43.377.810	34.648.072	600.000	8.061.677	54.302	13.759		
13 Subsídio de refeição.	X			28.271.501	11.900.425	5.805.493	6.519.137	2.982.137	850.324	194.350	19.635
09 Pessoal em qualquer outra situação.	X			19.531.526	14.045.590	248.264		1.000.410	3.931.978	151.200	154.084
01 Encargos com a saúde.			X	17.271.181	8.635.685	3.459.816	2.645.941	1.991.333	461.881	67.442	9.083
02 Horas extraordinárias.		X		13.091.420	82.634	30.000	12.605.156	166.080	207.300	250	
04 Ajudas de custo.		X		6.348.515	1.252.874	2.923.380	542.990	1.308.606	222.703	75.000	22.962
14 Subsídios de férias e de Natal.	X			5.658.877	601.582	380.645	4.054.420	354.418	261.932	5.880	
14 Outros abonos em numerário ou espécie.		X		3.763.297	1.063.535	72.000	1.146.649	1.447.850	33.013	250	
07 Pessoal em regime de tarefa ou avença.	X			3.746.943				3.688.189	35.000		23.754
12 Indemnizações por cessação de funções.		X		3.485.382	1.347.054	710.000	551.137	701.491	165.700	10.000	
08 Pessoal aguardando aposentação.	X			2.241.300	858.078	440.312	699.332	218.578	15.000	10.000	
10 Gratificações.	X			3.338.106	27.919		3.236.846	19.819	30.327	23.195	
06 Formação.		X		1.773.748	106.000	1.558.300	106.448		3.000		
11 Representação.	X			1.660.213	181.594	60.435	399.539	424.056	381.912	90.010	122.667
03 Subsídio familiar a crianças e jovens.			X	1.249.601	606.790	143.000	366.362	61.206	27.783	44.460	
11 Subsídio de turno.		X		1.151.631			449.922	672.279	29.430		
09 Subsídio de prevenção.		X		1.146.647				1.140.947	5.700		
07 Colaboração técnica e especializada.		X		1.014.481	126.095	2.803			885.583		
06 Pessoal contratado a termo.	X			980.136	690.100		149.396				140.640
02 Órgãos sociais.	X			742.589				309.354	300.480	132.755	
05 Abono para falhas.		X		318.365	293.122		16.808	4.687	1.848	1.900	
08 Outras pensões.			X	254.898			158.434	78.464	18.000		
04 Outras prestações familiares.			X	235.960	53.106	38.000	84.289	50.286	7.779	2.500	
13 Outros suplementos e prémios.		X		114.819	34.077	10.000		51.680	19.062		
10 Outras despesas de segurança social.			X	22.820				17.820	5.000		
09 Seguros.			X	18.391				891		17.500	
06 Acidentes em serviço e doenças profissionais.			X	12.500	5.000				5.000	2.500	
04 Pessoal dos quadros — Regime de contrato individual de trabalho.	X			5.820			5.820				
01 Gratificações variáveis ou eventuais.		X		2.000					2.000		
02 Outros encargos com a saúde.			X	267				267			
03 Alimentação e alojamento.		X		250						250	

RCP **726.235.678**
AVE **75.588.365**
SS **126.373.048**
928.197.091

15,8% = SS sobre RCP+AVE

OE 2012 MJ
Despesas de funcionamento por funções

Natureza da despesa (cf classificador económico)	Total	MAGISTRATURAS	IRN	PRISIONAIS E REINserÇÃO	INVESTIGAÇÃO	ORGANISMOS DE APOIO	INPI	GABINETES MJ + SE
		DGAJ, MJ, MMP, MTAF, TRs, TCAs		DGSP, DGRS	PJ, PGR, INML	ITIJ, CEJ, IGFIJ, SGMJ, DGPJ, GRAL, SGMJ-SME, IGSJ, CPVC		Gab MJ, Gab SE
Total	1.304.541.617	512.818.279	236.276.575	239.606.762	134.831.070	164.881.789	13.901.194	2.225.948
Peso percentual	100%	39,3%	18,1%	18,4%	10,3%	12,6%	1,1%	0,2%
01 Despesas com o pessoal:	928.197.091	449.719.825	176.737.353	164.514.631	108.111.634	24.537.729	3.349.253	1.226.666
01 Remunerações certas e permanentes:	726.235.678	347.894.051	146.313.955	120.779.549	88.017.885	19.508.684	2.681.290	1.040.264
01 Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos.	116.364.383	115.625.105		0	0	641.418		97.860
02 Órgãos sociais.	742.589	0		0	309.354	300.480	132.755	0
03 Pessoal dos quadros — Regime de função pública.	374.613.674	149.258.283	53.180.430	89.519.422	67.503.438	12.596.577	2.073.900	481.624
04 Pessoal dos quadros — Regime de contrato individual de trabalho.	5.820	0		5.820	0	0		0
05 Pessoal além dos quadros.	44.336.996	42.705.400		0	1.389.083	242.513		0
06 Pessoal contratado a termo.	980.136	690.100		149.396	0	0		140.640
07 Pessoal em regime de tarefa ou avença.	3.746.943	0		0	3.688.189	35.000		23.754
08 Pessoal aguardando aposentação.	2.241.300	858.078	440.312	699.332	218.578	15.000	10.000	0
09 Pessoal em qualquer outra situação.	19.531.526	14.045.590	248.264	0	1.000.410	3.931.978	151.200	154.084
10 Gratificações.	3.338.106	27.919		3.236.846	19.819	30.327	23.195	0
11 Representação.	1.660.213	181.594	60.435	399.539	424.056	381.912	90.010	122.667
12 Suplementos e prémios.	124.743.614	11.999.975	86.198.376	16.195.637	10.128.403	221.223		0
13 Subsídio de refeição.	28.271.501	11.900.425	5.805.493	6.519.137	2.982.137	850.324	194.350	19.635
14 Subsídios de férias e de Natal.	5.658.877	601.582	380.645	4.054.420	354.418	261.932	5.880	0
02 Abonos variáveis ou eventuais:	75.588.365	38.953.463	5.906.483	23.480.787	5.547.922	1.589.098	87.650	22.962
01 Gratificações variáveis ou eventuais.	2.000	0		0	0	2.000		0
02 Horas extraordinárias.	13.091.420	82.634	30.000	12.605.156	166.080	207.300	250	0
03 Alimentação e alojamento.	250	0		0	0	0	250	0
04 Ajudas de custo.	6.348.515	1.252.874	2.923.380	542.990	1.308.606	222.703	75.000	22.962
05 Abono para falhas.	318.365	293.122		16.808	4.687	1.848	1.900	0
06 Formação.	1.773.748	106.000	1.558.300	106.448	0	3.000		0
07 Colaboração técnica e especializada.	1.014.481	126.095	2.803	0	0	885.583		0
08 Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento.	43.377.810	34.648.072	600.000	8.061.677	54.302	13.759		0
09 Subsídio de prevenção.	1.146.647	0		0	1.140.947	5.700		0
11 Subsídio de turno.	1.151.631	0		449.922	672.279	29.430		0
12 Indemnizações por cessação de funções.	3.485.382	1.347.054	710.000	551.137	701.491	165.700	10.000	0
13 Outros suplementos e prémios.	114.819	34.077	10.000	0	51.680	19.062		0
14 Outros abonos em numerário ou espécie.	3.763.297	1.063.535	72.000	1.146.649	1.447.850	33.013	250	0
03 Segurança social:	126.373.048	62.872.311	24.516.915	20.254.295	14.545.827	3.439.947	580.313	163.440
01 Encargos com a saúde.	17.271.181	8.635.685	3.459.816	2.645.941	1.991.333	461.881	67.442	9.083
02 Outros encargos com a saúde.	267	0		0	267	0		0
03 Subsídio familiar a crianças e jovens.	1.249.601	606.790	143.000	366.362	61.206	27.783	44.460	0
04 Outras prestações familiares.	235.960	53.106	38.000	84.289	50.286	7.779	2.500	0
05 Contribuições para a segurança social.	107.307.430	53.571.730	20.876.099	16.999.269	12.345.560	2.914.504	445.911	154.357
06 Acidentes em serviço e doenças profissionais.	12.500	5.000		0	0	5.000	2.500	0
08 Outras pensões.	254.898	0		158.434	78.464	18.000		0
09 Seguros.	18.391	0		0	891	0	17.500	0
10 Outras despesas de segurança social.	22.820	0		0	17.820	5.000		0

OE 2012 MJ
Despesas de funcionamento por funções

Natureza da despesa (cf classificador económico)	Total	MAGISTRATURAS	IRN	PRISIONAIS E REINserÇÃO	INVESTIGAÇÃO	ORGANISMOS DE APOIO	INPI	GABINETES MJ + SE
		DGAJ, MJ, MMP, MTAf, TRs, TCAs		DGSP, DGRS	PJ, PGR, INML	ITIJ, CEJ, IGFIJ, SGMJ, DGPJ, GRAL, SGMJ-SME, IGSJ, CPVC		Gab MJ, Gab SE
02 Aquisição de bens e serviços:	297.143.331	48.067.020	47.835.171	64.937.312	21.217.806	111.211.501	3.317.450	557.071
01 Aquisição de bens:	63.390.496	6.164.581	20.711.734	29.907.888	5.442.200	593.142	424.470	146.481
01 Matérias-primas e subsidiárias.	1.838.093	0		538.127	1.299.966	0		0
02 Combustíveis e lubrificantes.	5.334.872	336.044	23.820	3.138.904	1.632.279	117.804	14.630	71.391
03 Munições, explosivos e artificios.	119.192	0		28.743	90.449	0		0
04 Limpeza e higiene.	1.106.757	327.504	191.365	484.948	67.990	28.950	6.000	0
05 Alimentação — Refeições confeccionadas.	18.683.187	15.000		18.235.305	416.355	4.500		12.027
06 Alimentação — Géneros para confeccionar.	1.843	0		1.843	0	0		0
07 Vestuário e artigos pessoais.	162.028	3.600		148.786	9.152	0	490	0
08 Material de escritório.	9.952.968	5.207.100	3.346.134	508.758	571.998	241.978	45.000	32.000
09 Produtos químicos e farmacêuticos.	5.018.037	250		4.738.127	279.660	0		0
10 Produtos vendidos nas farmácias.	10.933	0		10.483	0	450		0
11 Material de consumo clínico.	950.700	3.000		289.950	657.750	0		0
12 Material de transporte— Peças.	244.072	20.000		164.415	42.157	7.850	2.250	7.400
13 Material de consumo hoteleiro.	382.652	100		382.552	0	0		0
14 Outro material— Peças.	50.693	2.200		38.769	4.724	5.000		0
15 Prémios, condecorações e ofertas.	101.427	861		17.812	4.498	5.450	70.980	1.826
16 Mercadorias para venda.	16.972.142	0	16.972.142	0	0	0		0
17 Ferramentas e utensílios.	107.614	500		51.344	55.280	0	490	0
18 Livros e documentação técnica.	547.244	76.118	2.000	29.756	67.710	101.260	270.000	400
19 Artigos honoríficos e de decoração.	11.275	10.675		0	0	600		0
20 Material de educação, cultura e recreio.	53.631	10.650		35.481	0	7.500		0
21 Outros bens.	1.741.136	150.979	176.273	1.063.785	242.232	71.800	14.630	21.437
02 Aquisição de serviços:	233.752.835	41.902.439	27.123.437	35.029.424	15.775.606	110.618.359	2.892.980	410.590
01 Encargos das instalações.	25.036.137	5.413.125	2.222.824	10.742.050	1.763.338	4.812.300	82.500	0
02 Limpeza e higiene.	9.494.731	5.162.387	1.700.341	1.156.889	930.650	427.464	117.000	0
03 Conservação de bens.	4.740.347	706.361	561.392	1.766.479	1.385.465	207.550	75.000	38.100
04 Locação de edifícios.	44.297.937	12.133.484	12.720.247	1.250.864	3.165.624	14.824.718	203.000	0
05 Locação de material de informática.	5.000	0		4.000	0	0	1.000	0
06 Locação de material de transporte.	1.889.408	1.075.752		140.116	600.000	66.000	7.540	0
08 Locação de outros bens.	279.653	12.300	10.000	63.874	90.859	42.650	59.970	0
09 Comunicações.	33.047.531	2.624.969	3.236.027	1.457.761	1.614.117	23.839.053	197.500	78.104
10 Transportes.	8.704.337	5.416.551	110.460	1.356.656	1.438.800	333.870	1.000	47.000
11 Representação dos serviços.	135.890	324	2.500	4.775	32.911	9.250	9.750	76.380
12 Seguros.	443.048	12.248	16.000	40.565	220.412	150.160	950	2.713
13 Deslocações e estadas.	3.729.464	540.930	796.213	516.413	1.001.011	602.457	177.440	95.000
14 Estudos, pareceres, projectos e consultadoria.	1.073.243	1.000	392.000	9.303	50.000	415.000	205.940	0
15 Formação.	1.270.787	88.000	154.553	498.421	155.433	274.000	100.380	0
16 Seminários, exposições e similares.	421.925	100		120.775	169.100	37.600	58.500	35.850
17 Publicidade.	518.657	404.060	43.699	3.784	18.864	20.000	27.750	500
18 Vigilância e segurança.	9.038.282	3.543.143	366.716	4.104.848	311.575	603.000	109.000	0
19 Assistência técnica.	8.704.908	2.247.511	3.196.062	623.672	1.581.666	775.514	273.500	6.983
20 Outros trabalhos especializados.	65.997.802	370.527	878.071	684.358	594.679	62.364.907	1.082.260	23.000
22 Serviços de saúde.	4.787.395	0		4.757.395	30.000	0		0
24 Encargos de cobrança de receitas.	47.500	0		0	0	0	47.500	0
25 Outros serviços.	10.088.853	2.149.667	716.332	5.726.426	621.102	812.866	55.500	6.960

OE 2012 MJ
Despesas de funcionamento por funções

Natureza da despesa (cf classificador económico)	Total	MAGISTRATURAS	IRN	PRISIONAIS E REINserÇÃO	INVESTIGAÇÃO	ORGANISMOS DE APOIO	INPI	GABINETES MJ + SE
		DGAJ, MJ, MMP, MTAF, TRs, TCAs		DGSP, DGRS	PJ, PGR, INML	ITIJ, CEJ, IGFIJ, SGMJ, DGPJ, GRAL, SGMJ-SME, IGSJ, CPVC		Gab MJ, Gab SE
03 Juros e outros encargos:	9.750	0		0	0	0	9.750	0
04 Transferências correntes:	19.489.579	64.500	2.055.059	3.512.135	362.000	6.877.586	6.250.280	368.019
03 Administração central:	6.652.574	0	1.800.000	225.967	0	4.626.607		0
01 Estado.	2.030.540	0		0	0	2.030.540		0
05 Serviços e fundos autónomos.	4.622.034	0	1.800.000	225.967	0	2.596.067		0
07 Instituições sem fins lucrativos:	4.880.651	0	50.000	3.059.029	6.000	1.310.979	117.280	337.363
08 Famílias:	1.277.275	64.500	205.059	221.716	30.000	756.000		0
01 Empresário em nome individual.	20.000	0		20.000	0	0		0
02 Outras.	1.232.275	39.500	205.059	201.716	30.000	756.000		0
11 Regimes complementares.	25.000	25.000		0	0	0		0
09 Resto do mundo:	6.679.079	0		5.423	326.000	184.000	6.133.000	30.656
01 União Europeia — Instituições.	300.000	0		0	300.000	0		0
02 União Europeia — Países membros.	31.079	0		5.423	0	0		25.656
03 Países terceiros e organizações internacionais.	6.348.000	0		0	26.000	184.000	6.133.000	5.000
06 Outras despesas correntes:	43.749.891	14.031.442	7.491.676	6.358.708	3.772.026	11.850.931	192.196	52.912
01 Impostos e taxas.	3.591	50		2.410	0	1.131		0
02 Activos incorpóreos.	5.000	0		5.000	0	0		0
03 Outras.	43.741.300	14.031.392	7.491.676	6.351.298	3.772.026	11.849.800	192.196	52.912
07 Aquisição de bens de capital:	15.935.975	935.492	2.157.316	283.976	1.367.604	10.388.042	782.265	21.280
03 Edifícios.	282.813	111.500		0	9.074	50.000	112.239	0
06 Material de transporte.	1.752.495	42.000		10.495	0	1.700.000		0
07 Equipamento de informática.	4.196.750	284.826	80.000	80.388	358.494	3.147.236	237.026	8.780
08 Software informático.	7.496.188	88.465	1.187.316	24.124	529.679	5.369.604	292.500	4.500
09 Equipamento administrativo.	1.594.831	192.309	890.000	79.323	229.857	96.202	99.140	8.000
10 Equipamento básico.	427.831	66.392		60.939	240.500	25.000	35.000	0
11 Ferramentas e utensílios.	30.330	2.500		26.850	0	0	980	0
12 Artigos e objectos de valor.	2.940	500		0	0	0	2.440	0
13 Investimentos incorpóreos.	2.270	0		800	0	0	1.470	0
15 Outros investimentos.	149.527	147.000		1.057	0	0	1.470	0
08 Transferências de capital:	16.000	0		0	0	16.000		0

OE 2012 MJ

Despesas de funcionamento: OE inicial 2011 e OE 2012 por organismo

Organismo	ORÇAMENTO INICIAL 2011	ORÇAMENTO 2012 AR	Variação absoluta	Variação %
Total	1.490.049.810	1.304.541.617	-185.508.193	-12,4%
CEJ	11.523.077	7.095.451	-4.427.626	-38,4%
CPVC	750.000	900.280	150.280	20,0%
DGAJ	260.425.122	240.796.886	-19.628.236	-7,5%
DGPJ	4.803.048	3.627.916	-1.175.132	-24,5%
DGRS	40.023.286	39.074.730	-948.556	-2,4%
DGSP	206.173.822	200.532.032	-5.641.790	-2,7%
Gab. MJ	1.727.004	1.401.742	-325.262	-18,8%
Gab. SEAPEMJ	1.106.803	824.206	-282.597	-25,5%
Gab. SEJ	1.180.810	0	-1.180.810	-100,0%
GRAL	4.850.504	3.519.850	-1.330.654	-27,4%
IGFIJ	154.379.870	117.821.421	-36.558.449	-23,7%
IGSJ	1.380.850	979.259	-401.591	-29,1%
INML	22.867.411	18.284.643	-4.582.768	-20,0%
INPI	15.196.272	13.901.194	-1.295.078	-8,5%
IRN	275.518.054	236.276.575	-39.241.479	-14,2%
ITIJ	19.321.141	25.075.137	5.753.996	29,8%
MJ	121.271.535	107.430.022	-13.841.513	-11,4%
MMP	106.866.748	97.404.433	-9.462.315	-8,9%
MTAF	18.585.991	16.846.639	-1.739.352	-9,4%
PGR	14.910.360	14.106.776	-803.584	-5,4%
PJ	115.963.265	102.439.651	-13.523.614	-11,7%
SGMJ	10.745.885	4.605.603	-6.140.282	-57,1%
SGMJ-SME	1.024.488	1.256.872	232.384	22,7%
SGMJ-SS	23.518.148		-23.518.148	-100,0%
TCA-N	2.793.687	2.496.306	-297.381	-10,6%
TCA-S	3.878.819	3.670.688	-208.131	-5,4%
TRC	7.961.119	7.354.871	-606.248	-7,6%
TRE	7.208.510	6.298.399	-910.111	-12,6%
TRG	4.348.886	4.597.568	248.682	5,7%
TRL	17.911.329	15.947.237	-1.964.092	-11,0%
TRP	11.833.966	9.975.230	-1.858.736	-15,7%

OE 2012 MJ
Apoio Judiciário

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2011	ORÇAMENTO 2012
Por ano de pagamento		
APOIO JUDICIÁRIO - ADVOGADOS	51.301.627	41.634.140
APOIO JUDICIÁRIO - ADVOGADOS	0	
TOTAL ADVOGADOS	51.301.627	41.634.140
APOIO JUDICIARIO - PERITAGENS MEDICAS - INML	13.475.148	5.000.000
APOIO JUDICIÁRIO - PERITAGENS MÉDICAS	0	
TOTAL PERITAGENS MEDICAS - INML	13.475.148	5.000.000
APOIO JUDICIÁRIO - OUTRAS PERITAGENS MÉDICA	1.879.152	1.055.000
APOIO JUDICIÁRIO - OUTRAS PERITAGENS MÉDICA	0	
TOTAL OUTRAS PERITAGENS MÉDICAS	1.879.152	1.055.000
APOIO JUDICIÁRIO - PERITAGENS E INTERPRETES	5.067.585	4.010.000
APOIO JUDICIÁRIO - PERITAGENS E INTERPRETES	0	
TOTAL PERITAGENS E INTERPRETES	5.067.585	4.010.000
APOIO JUDICIÁRIO - LIQUIDATÁRIOS	7.355.404	2.975.000
APOIO JUDICIÁRIO - LIQUIDATÁRIOS	0	
TOTAL LIQUIDATÁRIOS	7.355.404	2.975.000
APOIO JUDICIARIO - TRANSCRIÇÕES	428.180	245.000
APOIO JUDICIARIO - TRANSCRIÇÕES	0	
TOTAL TRANSCRIÇÕES	428.180	245.000
APOIO JUDICIARIO - SOLICITADORES DE EXECUÇÃO	400.407	265.000
APOIO JUDICIARIO - SOLICITADORES DE EXECUÇÃO	0	
TOTAL SOLICITADORES DE EXECUÇÃO	400.407	265.000
TOTAL	79.907.503	55.184.140

PIDDAC 2012

Por natureza

Sector beneficiário	Previsão de execução 2011	2012	2013	2014	2015	Anos seguintes	TOTAL 2012- Anos Seguintes	TOTAL	%
Investigação criminal	12.789.554	45.620.242	65.653.837	11.135.844	7.311.001	1.336.578	131.057.502	143.847.056	49,7%
<i>Construção da nova sede da PJ</i>	10.000.000	38.441.816	58.245.765	4.543.772	0	0	101.231.353	111.231.353	
<i>Construção da nova sede do INML</i>	0	2.083.000	5.328.072	2.728.072	21.001	0	10.160.145	10.160.145	
<i>Outras obras de reabilitação em edifícios da PJ</i>	322.838	220.202	130.000	1.779.000	5.200.000	1.336.578	8.665.780	8.988.618	
<i>Outras obras de reabilitação no INML</i>	347.852	630.750	605.000	570.000	520.000	0	2.325.750	2.673.602	
<i>Adaptação e remodelação em instalações judiciais</i>	28.937	0	0	0	0	0	0	28.937	
<i>Outros investimentos</i>	2.089.927	4.244.474	1.345.000	1.515.000	1.570.000	0	8.674.474	10.764.401	
Tribunais	13.254.376	20.685.301	2.771.361	11.863.012	18.743.421	6.611.511	60.674.606	73.928.982	25,6%
<i>Construção e reabilitação</i>	6.808.732	6.034.575	2.771.361	11.863.012	18.743.421	6.611.511	46.023.880	52.832.612	
<i>Implementação do Novo Mapa Judiciário</i>	0	3.500.000	0	0	0	0	3.500.000	3.500.000	
<i>Tribunal XXI</i>	6.445.644	11.150.726					11.150.726	17.596.370	
Estabelecimentos Prisionais e de Reabilitação	8.639.572	23.958.114	3.146.008	1.773.107	1.773.106	0	30.650.335	39.289.907	13,6%
<i>Construção no EP de Angra do Heroísmo</i>	6.162.416	14.864.102	0	0	0	0	14.864.102	21.026.518	
<i>Construção e reabilitação de EP</i>	1.095.037	6.813.570	1.372.900	0	0	0	8.186.470	9.281.507	
<i>Equipamentos para EP</i>	778.236	650.000	1.773.108	1.773.107	1.773.106		5.969.321	6.747.557	
<i>Reabilitação de CE</i>	603.883	330.442	0	0	0	0	330.442	934.325	
<i>Viaturas DGSP</i>	0	1.300.000	0	0	0	0	1.300.000	1.300.000	
Registos e Notariado	4.394.124	9.661.833	4.193.764	0	0	0	13.855.597	18.249.721	6,3%
<i>Modernização dos balcões e dos processos</i>	4.394.124	9.661.833	4.193.764				13.855.597	18.249.721	
Outros investimentos	7.220.286	3.987.549	902.000	1.243.690	500.000	0	6.633.239	13.853.525	4,8%
<i>Obras de reabilitação em edifícios do MJ</i>	263.542	61.950	402.000	743.690	0	0	1.207.640	1.471.182	
<i>Outros (principalmente informáticos)</i>	6.956.744	3.925.599	500.000	500.000	500.000	0	5.425.599	12.382.343	
Total	46.297.912	103.913.039	76.666.970	26.015.653	28.327.528	7.948.089	242.871.279	289.169.191	#####

PIDDAC 2012

Fontes de financiamento

Previsão de execução 2011	2012	2013	2014	2015	Anos seguintes	TOTAL 2012- Anos Seguintes	Total Geral
---------------------------	------	------	------	------	----------------	----------------------------------	-------------

Natureza dos Investimentos

Obra Nova	16.171.180	55.400.918	63.609.975	9.351.844	6.191.032	2.443.373	136.997.142	153.168.322
Reabilitações	9.462.057	17.579.489	5.245.123	12.875.702	18.293.390	5.504.716	59.498.420	68.960.477
Outras Naturezas <i>(principalmente, sistemas de informação, hardware e software)</i>	20.664.675	30.932.632	7.811.872	3.788.107	3.843.106	0	46.375.717	67.040.392
TOTAL	46.297.912	103.913.039	76.666.970	26.015.653	28.327.528	7.948.089	242.871.279	289.169.191

Fontes de Financiamento

Fundos Comunitários (FF 212)	4.914.286	16.550.524	3.085.933				19.636.457	24.550.744
OE 2012 (FF 111)	15.750.389	7.513.428					7.513.428	23.263.817
Receitas próprias (FF 123)		5.700.090					5.700.090	5.700.090
Venda de Património			7.000.000	8.000.000	10.000.000		25.000.000	25.000.000
Utilização do saldo de anteriores vendas de património	25.633.237	74.148.997	16.117.766				90.266.763	115.900.000
<i>Recurso ao Orçamento de Estado</i>			50.463.270	18.015.653	18.327.528	7.948.089	94.754.540	94.754.540
TOTAL	46.297.912	103.913.039	76.666.970	26.015.653	28.327.528	7.948.089	242.871.279	289.169.191

PIDDAC 2012
Por organismo

Organismo proponente	PREVISÃO EXEC 2011	2012	2013	2014	2015	ANOS SEGUINTE	TOTAL
DGAJ	7.600.586	11.087.024					18.687.610
DGPJ	573.125	500.000	500.000	500.000	500.000		2.573.125
DGSP	778.236	650.000	1.773.108	1.773.107	1.773.106		6.747.557
IGFIJ	25.818.614	74.509.708	68.290.098	21.657.546	23.964.422	7.948.089	222.126.977
INML	1.983.600	2.114.474	1.910.000	2.085.000	2.090.000		10.183.074
IRN	4.394.124	9.661.833	4.193.764				18.249.721
ITIG	4.858.300	2.700.000					7.558.300
PGR	248.912	790.000					1.038.912
PJ	42.415	1.900.000					1.942.415
Total	46.297.912	103.913.039	76.666.970	26.015.653	28.327.528	7.948.089	289.107.691

1. EMPREITADAS EM EXECUÇÃO OU A INICIAR EM 2012

1.1. Obras de valor superior a 150.000€

Entidade/Sector beneficiário	PROJECTO	Local	PREVISÃO EXEC 2011	2012	2013	2014	2015	ANOS SEQUINTE	TOTAL
Estab.s Prisionais e de Reab.	Construção no EP de Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo	6.162.416	14.864.102	0	0	0	0	21.026.518
Estab.s Prisionais e de Reab.	Remodelação do EP de Alcoentre	Alcoentre	500.000	4.349.570	622.600	0	0	0	5.472.170
Investigação criminal	Ampliação da Directoria Nacional da PJ	Lisboa	10.000.000	38.441.816	58.245.765	4.543.772	0	0	111.231.353
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Açores	9.966	305.000	100.000	0	0	0	414.966
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Lamego	388.721	52.700	0	0	0	0	441.421
Tribunais	Adapt. no TFM de Ponta Delgada	Ponta Delgada	714.059	254.654	0	0	0	0	968.713
Tribunais	Adapt. em Trib. para instalar salas de audiência	Montijo	0	1.291.115	18.000	0	0	0	1.309.115
Tribunais	Adapt. em Trib. para instalar sala de audiência	Évora	339.701	150.000	0	0	0	0	489.701
Tribunais	Remodelação do TT e TFM de Viana do Castelo	Viana do Castelo	1.223.994	110.000	0	0	0	0	1.333.994
SUBTOTAL - Obras de valor superior a 150.000€			19.338.858	59.818.957	58.986.365	4.543.772	0	0	142.687.952

1.2. Obras de valor inferior a 150.000€

Entidade/Sector beneficiário	PROJECTO	Local	PREVISÃO EXEC 2011	2012	2013	2014	2015	ANOS SEQUINTE	TOTAL
Estab.s Prisionais e de Reab.	Remodelação em serviços centrais do MJ - DGRS	Âmbito Nacional	205.840	20.000	0	0	0	0	225.840
Estab.s Prisionais e de Reab.	Construção do CE de Santa Clara	CE de Santa Clara	15.276	40.442	0	0	0	0	55.718
Estab.s Prisionais e de Reab.	Adapt. e beneficiação em EP's	Santa Cruz do Bispo	0	50.000	0	0	0	0	50.000
Estab.s Prisionais e de Reab.	Adapt. e beneficiação em EP's	Açores	0	50.000	0	0	0	0	50.000
Estab.s Prisionais e de Reab.	Adapt. e beneficiação em EP's	Lisboa e Vale do Tejo	48.216	50.000	0	0	0	0	98.216
Estab.s Prisionais e de Reab.	Adapt. e beneficiação em EP's	Centro	0	50.000	0	0	0	0	50.000
Estab.s Prisionais e de Reab.	Adapt. e remodelação em CE's	Âmbito Nacional	14.071	235.000	0	0	0	0	249.071
Estab.s Prisionais e de Reab.	Remodelação no CE Navarro de Paiva	CE Navarro de Paiva	62.336	20.000	0	0	0	0	82.336
Estab.s Prisionais e de Reab.	Remodelação no CE Padre António de Oliveira	CE P. António de Oliveir	181.524	15.000	0	0	0	0	196.524
Investigação criminal	Adapt. e remodelação em instalações da PJ	Lisboa e Vale do Tejo	30.258	40.000	40.000	40.000	0	0	150.258
Investigação criminal	Adapt. e remodelação em instalações da PJ	Centro	59.686	25.000	25.000	25.000	0	0	134.686
Investigação criminal	Adapt. e remodelação em instalações da PJ	Norte	0	25.000	25.000	25.000	0	0	75.000
Investigação criminal	Adapt. e remodelação em instalações da PJ	Algarve	65.049	25.000	25.000	25.000	0	0	140.049
Investigação criminal	Adapt. e remodelação de Inst.s da Medic. Legal	Âmbito Nacional	0	40.000	40.000	0	0	0	80.000
Investigação criminal	Adapt. e remodelação de Inst.s da Medic. Legal	Coimbra	0	30.750	0	0	0	0	30.750
Outros Investimentos	Remodelação em serviços centrais do MJ - Acrotérios	Lisboa	139.369	28.500	0	0	0	0	167.869
Tribunais	Construção do Trib. de Gouveia	Gouveia	565.601	262.770	0	0	0	0	828.371
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Norte	289.163	389.000	70.000	187.000	0	0	935.163
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Alentejo	113.308	339.000	100.000	0	0	0	552.308
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Caldas da Rainha	12.661	150.000	0	0	0	0	162.661
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Algarve	6.519	40.000	0	0	0	0	46.519
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Resende	3.367	30.500	0	0	0	0	33.867
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Amarante	11.130	6.960	0	0	0	0	18.090
Tribunais	Instalação do Trib. de Cabeceiras de Basto	Cabeceiras de Basto	8.088	64.145	0	0	0	0	72.233
Tribunais	Instalação de casas para magistrados	Âmbito nacional	1.562	100.000	0	0	0	0	101.562
Tribunais	Eliminação de barreiras arquitet.s em tribunais	Norte	2.136	90.000	180.000	0	0	0	272.136
Tribunais	Eliminação de barreiras arquitet.s em tribunais	Centro	0	40.000	80.000	0	0	0	120.000
Tribunais	Eliminação de barreiras arquitet.s em tribunais	Alentejo	0	20.000	40.000	0	0	0	60.000
Tribunais	Mapa judiciário - Circunsc.s experimentais	NUT Alentejo Litoral	0	110.000	0	0	0	0	110.000
Tribunais	Mapa judiciário - Circunsc.s experimentais	NUT Baixo Vouga	638.151	70.000	0	0	0	0	708.151
Tribunais	Mapa judiciário - Circunsc.s experimentais	NUT Baixo Vouga	3.133	50.000	0	0	0	0	53.133
Tribunais	Adaptações no Campus de Justiça de Lisboa	Lisboa	235.277	199.000	0	0	0	0	434.277
Tribunais	Remodelação nas instalações do STJ	Lisboa	0	61.500	0	0	0	0	61.500
Tribunais	Remodelação do Trib. de Elvas	Elvas	249.959	10.000	170.000	0	0	0	429.959
Tribunais	Reparação da cobertura do Trib. de Gondomar	Gondomar	98.258	185.000	0	0	0	0	283.258
SUBTOTAL - Obras de valor inferior a 150.000€			3.059.937	2.962.567	795.000	302.000	0	0	7.058.004

2. EMPREITADAS EM FASE DE CONCURSO E A INICIAR EM 2012

Entidade/Sector beneficiário	PROJECTO	Local	PREVISÃO EXEC 2011	2012	2013	2014	2015	ANOS SEGUINTE	TOTAL
Estab.s Prisionais e de Reab.	Remodelação no EP Linhó	Linhó	56.338	2.056.000	50.000	0	0	0	2.162.338
Estab.s Prisionais e de Reab.	Remodelação e Beneficiação do EP de Leiria	Leiria	0	208.000	700.300	0	0	0	908.300
Investigação criminal	Construção da nova sede do INML	Coimbra	0	2.083.000	5.328.072	2.728.072	21.001	0	10.160.145
Tribunais	Mapa judiciário - Circuncs.s experimentais	NUT Alentejo Litoral	366.430	150.000	0	0	0	0	516.430
Tribunais	Remodelação do Trib. de Lisboa	Lisboa	260.948	352.560	42.000	750.000	853.600	100.000	2.359.108
Tribunais	Remodelação do Trib. de Povoação	Povoação	101.035	170.023	0	0	0	0	271.058
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Centro	112.983	204.500	200.000	150.000	0	0	667.483
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Lisboa e Vale do Tejo	368.610	64.000	0	150.000	510.000	0	1.092.610
Tribunais	Implementação de Mapa Judiciário	Âmbito nacional	0	3.500.000	0	0	0	0	3.500.000
SUBTOTAL - Empreitadas em fase de concurso e a iniciar em 2012			1.266.344	8.788.083	6.320.372	3.778.072	1.384.601	100.000	21.637.472

3. EMPREITADAS EM FASE DE CONCURSO E A INICIAR APÓS 2012

Entidade/Sector beneficiário	PROJECTO	Local	PREVISÃO EXEC 2011	2012	2013	2014	2015	ANOS SEGUINTE	TOTAL
Investigação criminal	Construção de Edifício para a Polícia Judiciária	Portimão	7.140	10.000	10.000	1.560.000	4.160.000	832.000	6.579.140
Investigação criminal	Remodelação das instal.s da Polícia Judiciária	Loures	0	95.202	5.000	104.000	1.040.000	504.578	1.748.780
Outros Investimentos	Remodelação em serviços centrais do MJ - CEJ	Lisboa	24.397	18.450	2.000	743.690	0	0	788.537
Outros Investimentos	Remodelação em serviços centrais do MJ	Lisboa	0	15.000	400.000	0	0	0	415.000
Tribunais	Construção do Trib. de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	1.624	2.000	26.138	520.000	2.010.031	1.611.373	4.171.166
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Vila N. de Famalicão	0	10.000	23.500	211.000	575.000	0	819.500
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Oeiras	4.256	5.000	104.000	364.000	0	0	477.256
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Lagos	6.863	2.000	3.928	7.000	406.000	1.443.000	1.868.791
Tribunais	Adapt. para salas de audiência	Setúbal	0	76.568	109.000	1.352.000	520.000	0	2.057.568
Tribunais	Adapt. para salas de audiência	Tavira	0	7.634	54.000	499.906	0	0	561.540
Tribunais	Mapa judiciário - Circuncs.s experimentais	NUT Baixo Vouga	0	26.000	50.000	450.000	0	0	526.000
Tribunais	Remodelação do Trib. do Seixal	Seixal	0	13.300	24.355	124.800	630.650	0	793.105
Tribunais	Remodelação do Trib. de Tomar	Tomar	17.760	6.500	2.000	104.000	2.496.000	312.000	2.938.260
Tribunais	Remodelação do Trib. de Paços de Ferreira	Paços de Ferreira	17.712	32.472	2.000	8.856	528.880	1.262.000	1.851.920
Tribunais	Remodelação do Trib. de Loulé	Loulé	0	24.300	130.000	0	0	0	154.300
Tribunais	Remodelação do Trib. de Abrantes	Abrantes	0	14.200	25.910	1.000	104.000	1.714.000	1.859.110
Tribunais	Remodelação do Trib. de Santa Comba Dão	Santa Comba Dão	0	19.000	34.000	209.500	633.500	0	896.000
Tribunais	Remodelação do Trib. de Castelo Branco	Castelo Branco	0	20.000	35.000	105.500	904.400	0	1.064.900
Tribunais	Remodelação do Trib. de Benavente	Benavente	0	10.000	17.000	105.000	566.200	0	698.200
Tribunais	Remodelação do Trib. de Barcelos	Barcelos	0	30.700	77.500	666.300	0	0	774.500
Tribunais	Remodelação do Trib. da Horta	Horta	0	26.500	1.000	104.000	524.600	0	656.100
Tribunais	Remodelação do Palácio Palmela	Palácio Palmela	0	21.700	120.700	288.920	0	0	431.320
Tribunais	Reparação da cobertura do Trib. de Monsanto	Monsanto	0	50.000	252.000	0	0	0	302.000
Tribunais	Remodelação do Trib. de Lousada	Lousada	0	37.116	1.000	104.000	1.670.550	0	1.812.666
Tribunais	Remodelação do Trib. de Faro	Faro	0	21.510	39.435	468.860	1.040.000	0	1.569.805
Tribunais	Remodelação do Trib. de Vila Viçosa	Vila Viçosa	0	22.140	40.590	312.000	531.070	0	905.800
Tribunais	Remodelação do Trib. de Ferreira do Alentejo	Ferreira do Alentejo	20.908	3.140	1.000	104.000	471.120	0	600.168
Tribunais	Remodelação do Trib. de Mogadouro	Mogadouro	25.301	4.465	21.000	421.000	0	0	471.766
Tribunais	Remodelação do Trib. de Estremoz	Estremoz	37.341	80.000	25.480	103.000	406.320	0	652.141
Tribunais	Remodelação do Trib. de Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo	15.098	4.300	328.500	304.860	0	0	652.758
Tribunais	Remodelação do Trib. de Peso da Régua	Peso da Régua	0	3.321	20.000	438.860	0	0	462.181
Tribunais	Remodelação do Trib. de Bragança	Bragança	18.376	4.595	1.000	20.500	708.000	0	752.471
Tribunais	Remodelação do Trib. de Arouca	Arouca	81.254	5.000	1.000	99.000	200.000	0	386.254
Tribunais	Remodelação do Trib. de Seia	Seia	0	1.000	1.000	312.000	0	0	314.000
Tribunais	Reparação cobertura do Trib. de Mafra	Mafra	12.733	18.000	10.000	173.000	103.000	0	316.733
Tribunais	Remodelação do Trib. de Ponta do Sol	Ponta do Sol	0	10.000	18.000	681.650	0	0	709.650
Tribunais	Remodelação do Trib. de Rio Maior	Rio Maior	0	31.500	96.600	559.500	899.500	0	1.587.100
Tribunais	Remodelação do Trib. de Guimarães	Guimarães	0	23.187	34.725	50.000	1.120.000	169.138	1.397.050
Tribunais	Remodelação do Trib. de Tondela	Tondela	0	45.000	40.000	1.352.000	331.000	0	1.768.000
SUBTOTAL - Empreitadas em fase de concurso e a iniciar após 2012			290.762	850.800	2.188.361	13.033.702	22.579.821	7.848.089	46.791.535

4. OUTROS INVESTIMENTOS

Organismo proponente	Entidade/Sector beneficiário	PROJECTO	Local	PREVISÃO EXEC 2011	2012	2013	2014	2015	ANOS SEGUINTE	TOTAL
DGAJ	Outros Investimentos	DGAJ Virtual	Âmbito Nacional	83.252	74.234					157.486
DGAJ	Outros Investimentos	Renovação do Parque Judiciário (bases de dados)	Âmbito Nacional	1.071.690	1.012.064					2.083.754
DGAJ	Tribunais	Tribunal XXI	Âmbito Nacional	5.948.441	9.250.726					15.199.167
DGAJ	Tribunais	Tribunal XXI - Componente não co-financiada	Âmbito Nacional	497.203	750.000					1.247.203
DGPJ	Outros Investimentos	Sistemas de Informação das Estatísticas da Justiça	Âmbito Nacional	573.125	500.000	500.000	500.000	500.000		2.573.125
DGSP	Estab.s Prisionais e de Reab.	Equip. Administrat. e de Segurança dos Serviços da DGSP	Âmbito Nacional	578.236	150.000	1.553.895	1.553.894	1.553.893		5.389.918
DGSP	Estab.s Prisionais e de Reab.	Informatização dos Serviços Prisionais	Âmbito Nacional	200.000	500.000	219.213	219.213	219.213		1.357.639
IGFIJ	Estab.s Prisionais e de Reab.	Aquisição de viaturas de transporte especial para a DGSP	Âmbito nacional	0	1.300.000	0	0	0	0	1.300.000
IGFIJ	Outros Investimentos	Sistema de Gestão Integrado do IGFIJ, IP	Lisboa	146.155	380.263	0	0	0	0	526.418
IGFIJ	Outros Investimentos	Sistema de Gestão Integrado do IGFIJ, IP	Lisboa	133.721	360.711	0	0	0	0	494.432
IGFIJ	Outros Investimentos	Sistema de Gestão Integrado do IGFIJ, IP	Lisboa	90.501	12.027	0	0	0	0	102.528
IGFIJ	Outros Investimentos	Apetrechamento Informático do IGFIJ, IP	Lisboa	0	36.300	0	0	0	0	36.300
INML	Investigação criminal	Equipamentos do INML, IP - Del. Centro	Centro	172.900	350.000	450.000	490.000	620.000		2.082.900
INML	Investigação criminal	Equipamentos do INML, IP - Del. Sul	Sul	150.000	400.000	150.000	100.000	100.000		900.000
INML	Investigação criminal	Equipamentos do INML, IP - Del. Norte	Norte	1.051.950	580.000	500.000	520.000	530.000		3.181.950
INML	Investigação criminal	Remodelação de Inst.s de Serviços Médico-Legais	Âmbito Nacional		300.000	200.000	200.000	150.000		850.000
INML	Investigação criminal	Equipamentos dos GML - Del. Centro	Centro	95.000	40.000	45.000	50.000	60.000		290.000
INML	Investigação criminal	Equipamentos dos GML - Del. Sul	Sul	150.000	100.000	150.000	300.000	200.000		900.000
INML	Investigação criminal	Equipamentos dos GML - Del. Norte	Norte	79.500	50.000	50.000	55.000	60.000		294.500
INML	Investigação criminal	Remodelação de Instalações de GML - Del. Centro	Centro	20.000	35.000	35.000	35.000	40.000		165.000
INML	Investigação criminal	Remodelação de Instalações de GML - Del. Sul	Sul	150.000	200.000	300.000	300.000	300.000		1.250.000
INML	Investigação criminal	Remodelação de Instalações de GML - Del. Norte	Norte	15.000	25.000	30.000	35.000	30.000		135.000
INML	Investigação criminal	Equipamentos de Videovigilância e Telemedicina - INML, I.P.	Âmbito Nacional	99.250	34.474					133.724
IRN	Registos e Notariado	Elimin. e Simplif. de Actos e Proc.ºs - Infra-estrutura Técn.-II	Âmbito Nacional	4.394.124	4.203.140					8.597.264
IRN	Registos e Notariado	MQR - SAMA 1 - Modernização e qualificação nos registos	Âmbito nacional	0	2.117.634	2.882.366				5.000.000
IRN	Registos e Notariado	Projecto a candidatar ao QREN - SAMA 2011	Âmbito Nacional		2.873.281	1.126.721				4.000.002
IRN	Registos e Notariado	Eficiência e qualidade no serviço do Cartão do Cidadão	Âmbito nacional		467 778	184 678				652.456
ITIJ	Outros Investimentos	Desmaterialização de Processos em Tribunal II	Âmbito nacional	2.700.831	1.250.000					3.950.831
ITIJ	Outros Investimentos	Elimin. e Simplif. de Actos - Aplicações e Formação II	Âmbito nacional	2.157.469	300.000					2.457.469
ITIJ	Tribunais	Tribunal XXI	Âmbito nacional		1.150.000					1.150.000
PGR	Investigação criminal	SIMP - Sistema de Informação do Ministério Público	Âmbito Nacional	0	690.000					690.000
PGR	Investigação criminal	Aquisição de Licenciamento para plataforma Microsoft	Lisboa	248.912	100.000					348.912
PJ	Investigação criminal	Equipamento de telecomunicações para a PJ	Âmbito nacional	0	271.250					271.250
PJ	Investigação criminal	Sistema de informação automatizada da PJ	Âmbito nacional	0	103.500					103.500
PJ	Investigação criminal	Sistema integrado de informação criminal	Âmbito nacional	0	125.250					125.250
PJ	Investigação criminal	INOPOL - Plataf. Integrada de Serviço de Inform. Criminal	Âmbito nacional	42.415	1.400.000					1.442.415
SUBTOTAL - Outros Investimentos				20.849.675	31.492.632	8.376.873	4.358.107	4.363.106	0	69.440.394

5. OBRAS CONCLUÍDAS OU A CONCLUIR EM 2011

Entidade/Sector beneficiário	PROJECTO	Local	PREVISÃO EXEC 2011	2012	2013	2014	2015	ANOS SEGUINTE	TOTAL
Estab.s Prisionais e de Reab.	Adapt. e beneficiação em EP's	Alcoentre	15.665	0	0	0	0	0	15.665
Estab.s Prisionais e de Reab.	Remodelação das condições sanitárias das celas	Vale de Judeus	308.049	0	0	0	0	0	308.049
Estab.s Prisionais e de Reab.	Remodelação das condições sanitárias das celas	Paços de Ferreira	85.140	0	0	0	0	0	85.140
Estab.s Prisionais e de Reab.	Construção do Novo EP de Elvas	Elvas	6.125	0	0	0	0	0	6.125
Estab.s Prisionais e de Reab.	Construção do Novo EP de Leiria	Leiria	75.504	0	0	0	0	0	75.504
Estab.s Prisionais e de Reab.	Adapt. e remodelação em CE's	CE Bela Vista	23.985	0	0	0	0	0	23.985
Estab.s Prisionais e de Reab.	Adapt. e remodelação em CE's	CE Mondego	100.850	0	0	0	0	0	100.850
Investigação criminal	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Lisboa	28.937	0	0	0	0	0	28.937
Investigação criminal	Adapt. e remodelação em instal.s da Polícia Jud.	Loures	151.148	0	0	0	0	0	151.148
Investigação criminal	Adapt. e remodelação em instal.s da Polícia Jud.	Lisboa	9.557	0	0	0	0	0	9.557
Investigação criminal	Adapt. e remodelação de Inst.s da Medic. Legal	Porto	162.852	0	0	0	0	0	162.852
Outros Investimentos	Remodelação em serviços centrais do MJ	Lisboa	26.374	0	0	0	0	0	26.374
Outros Investimentos	Remodelação em serviços centrais do MJ	Lisboa	73.403	0	0	0	0	0	73.403
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Chaves	9.280	0	0	0	0	0	9.280
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Vila do Conde	9.722	0	0	0	0	0	9.722
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Montemor-o-Novo	30.142	0	0	0	0	0	30.142
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Ribeira Grande	56.199	0	0	0	0	0	56.199
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Âmbito nacional	414	0	0	0	0	0	414
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Tomar	5.128	0	0	0	0	0	5.128
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Mértola	29.520	0	0	0	0	0	29.520
Tribunais	Adapt. e remodelação em instalações judiciais	Porto	79.256	0	0	0	0	0	79.256
Tribunais	Adapt. para salas de audiência	Leiria	5.431	0	0	0	0	0	5.431
Tribunais	Adapt. para salas de audiência	Porto de Mós	13.686	0	0	0	0	0	13.686
Tribunais	Novo mapa judiciário - Circunc.s experimentais	Grândola	16.713	0	0	0	0	0	16.713
Tribunais	Novo mapa judiciário - Circunc.s experimentais	Odemira	4.744	0	0	0	0	0	4.744
Tribunais	Novo mapa judiciário - Circunc.s experimentais	Anadia	17.072	0	0	0	0	0	17.072
Tribunais	Novo mapa judiciário - Circunc.s experimentais	Águeda	2.766	0	0	0	0	0	2.766
Tribunais	Novo mapa judiciário - Circunc.s experimentais	Ovar	35.119	0	0	0	0	0	35.119
Tribunais	Novo mapa judiciário - Circunc.s experimentais	Sever do Vouga	2.870	0	0	0	0	0	2.870
Tribunais	Remodelação do PJ da Covilhã	Covilhã	50.000	0	0	0	0	0	50.000
Tribunais	Remodelação do PJ de Vila Nova de Ourém	Vila Nova de Ourém	56.686	0	0	0	0	0	56.686
SUBTOTAL - Obras concluídas ou a concluir em 2011			1.492.336	0	0	0	0	0	1.492.336
TOTAL PIDDAC MJ			46.297.912	103.913.039	76.666.971	26.015.653	28.327.528	7.948.089	289.107.692